

IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2004

Índice

1. Nota Introdutória.....	3
2. Actividades Desenvolvidas	7
2.1. Planeamento Financeiro e Programação	7
2.2.Coordenação Geográfica.....	16
2.2.1. Angola.....	18
2.2.2. Cabo Verde	21
2.2.3. Guiné – Bissau	25
2.2.4. Moçambique	28
2.2.5. S. Tomé e Príncipe	32
2.2.6. Timor Leste	36
2.3.Análise e Acompanhamento de Projectos.....	41
2.3.1. Principais Projectos.....	42
2.3.2 Outras Actividades.....	59
2.4. Bolsas	61
2.4.1. Bolseiros dos PALOP em Portugal.....	61
2.4.2. Bolseiros Timorenses em Portugal	64
2.4.3. Bolseiros não Lusófonos em Portugal	65
2.4.4. Formação Local – Bolsas Internas	65
2.5. Sociedade Civil e Ajuda Humanitária.....	67
2.5.1. Sociedade Civil	67
2.5.2 Ajuda Humanitária.....	69
2.5.3 Outras Actividades.....	71
2.6.Cooperantes.....	73
2.7. Avaliação	77
2.8.Assuntos Comunitários e Multilaterais	78
2.8.1.Assuntos Comunitários	78
2.8.1.1 Política de Desenvolvimento da União Europeia	78
2.8.1.2. Relações U E – África.....	83
2.8.1.3 – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – NEPAD	84
2.8.1.4 Quarto Acordo de Cooperação IPAD- IEEI- ECDPM	85
2.8.2-Assuntos Multilaterais	86
2.8.2.1–Nações Unidas	86
2.8.2.2-Banco Mundial	89
2.8.2.3-CAD/OCDE.....	90
2.8.2.4-Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)	91
2.8.2.5-Cimeira Ibero - Americana	92
2.9 Recursos Humanos e Financeiros	94
2.9.1 Recursos Humanos.....	94
2.9.2 Gestão Financeira e Patrimonial	97
2.9.2.1 Gestão Financeira.....	97
2.9.2.2 Gestão Patrimonial.....	102
2.9.2.3 Logística Documental e Informática.....	103
3. Avaliação e Conclusões	106

1. Nota Introdutória

O presente Relatório dá uma indicação relativamente às principais actividades desenvolvidas em 2004 pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) no quadro das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto-Lei nº 5/2003, de 13 de Janeiro, e tendo por referência os “Eixos Estratégicos / Linhas de Orientação 2002 – 2006” e as actividades identificadas no Plano de Actividades Consolidado do MNE para 2004.

O ano de 2004 foi um ano em que os aspectos organizativos e operacionais foram ainda preponderantes, quer no âmbito da adaptação do IPAD ao novo quadro de atribuições, de órgão central de coordenação da política de cooperação e de principal agente de financiamento, quer no quadro de adaptações decorrentes das alterações legislativas, entretanto verificadas, no âmbito da Reforma da Administração Pública

Quanto a este último aspecto, na sequência da publicação da Lei Quadro dos Institutos Públicos e nos termos do disposto no seu art.º 50 e do ponto 8 da Resolução do Conselho de Ministros 53/2004, de 21 de Abril, foi feito, com a colaboração de uma entidade externa, um diagnóstico organizacional, com base no qual foi formulado um conjunto de propostas para a alteração da organização e funcionamento do IPAD. Este processo conduziu a que, ainda em 2004, houvesse uma redefinição e redistribuição da organização, atribuições e competências dos serviços do Instituto (Despacho n.º 22251/2004 do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, datado de 13 de Outubro de 2004, publicado no Diário da República n.º 256, de 30 de Outubro), procedimento que foi implementado no último trimestre do ano.

A actividade de 2004 foi ainda marcada pelo processo de fusão entre as anteriores instituições, ICP e APAD, merecendo destaque, neste particular, as condicionantes resultantes da tardia efectivação da transição de saldos de anos anteriores, com efeitos negativos nos índices de execução dos projectos “herdados” daquelas instituições.

O IPAD centrou a sua actuação no reforço da relação privilegiada com o Espaço Lusófono e na intensificação da presença portuguesa nas Organizações Internacionais no âmbito da APD , que, como referido, constituem os eixos estratégicos definidos politicamente para a Cooperação Portuguesa. Tal não impediu que conjuntamente e sempre que os interesses em presença o justificaram se tenha alargado a intervenção a países que não lusófonos, essencialmente através de acções de ajuda de emergência ou humanitária e nalguns casos de reabilitação (neste último âmbito inclui-se o apoio ao Iraque e ao Afeganistão).

Quanto ao primeiro dos referidos eixos, a actividade concentrou-se no desenvolvimento de acções, projectos e programas de cooperação com os PALOP e com Timor Leste, enquadrados em instrumentos programáticos bilateralmente acordados, e no apoio a iniciativas de ONGD e de outras entidades da sociedade civil desenvolvidas naqueles países. Com o mesmo objectivo houve uma intervenção activa no quadro da CPLP, quer no âmbito da identificação de projectos em áreas de interesse comum, como seja o combate ao HIV – Sida, quer actuando por forma a proporcionar uma maior visibilidade da Organização no contexto internacional.

Relativamente ao segundo eixo, reforçou-se a participação nas reuniões, a nível dos principais fora internacionais, em particular no âmbito da União Europeia e das Nações Unidas, sobre as questões inerentes ao desenvolvimento, nomeadamente sobre a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Concretamente no que se refere à UE, o IPAD, para além de continuar a acompanhar e a contribuir para o debate de questões como a coordenação de políticas, a harmonização dos procedimentos e a complementaridade das acções entre doadores, participou na definição da posição portuguesa sobre algumas propostas da Comissão, como sejam as Perspectivas Financeiras 2007-2013 e a Revisão do Acordo de Cotonou .

A programação e a coordenação foram aspectos que, no quadro de afirmação do Instituto, enquanto órgão central da política de cooperação para o desenvolvimento, prevaleceram, em termos de prioridades, tendo sido prosseguidas medidas de

reformulação dos instrumentos programáticos da cooperação bilateral e de melhoria dos mecanismos de planeamento e programação da APD.

Como medida programática de âmbito genérico, salienta-se a criação em 2004, em sede de Orçamento de Estado, do **Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5)**, Programa coordenado e acompanhado pelo IPAD, que integra as intervenções sectoriais dos organismos públicos. Este Programa constitui um importante instrumento para a concretização das linhas de orientação e prioridades definidas a nível da política de cooperação, cabendo ao IPAD um papel central na articulação com os parceiros institucionais por forma a que, de forma eficaz, se alcancem aqueles objectivos.

No campo programático, o ano foi ainda marcado pela finalização dos Programas Indicativos de Cooperação 2004 – 2006, com Timor Leste e com Moçambique, cujas negociações haviam sido iniciadas em 2003, e pelas negociações com Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné – Bissau para concretização dos respectivos PIC, para o período 2005 –2007, os quais vieram a ser assinados em Novembro e Dezembro, respectivamente .

Foram também negociados e implementados os Programas Anuais de Cooperação (PAC) para 2004, com todos os países de expressão portuguesa, com excepção da Guiné – Bissau que, devido à sua situação política, beneficiou de outro tipo de apoio, mais direccionado para acções de urgência e de apoio ao processo eleitoral. A negociação tardia destes instrumentos teve reflexos na sua implementação e consequentemente na execução orçamental do IPAD.

Procurando minimizar este aspecto, no último trimestre de 2004 privilegiou-se a negociação dos Planos Anuais de Cooperação de 2005 com todos os países parceiros, por forma a poderem ser implementados desde o início do ano a que dizem respeito, acertando-se, assim, a programação com o ano económico.

No quadro da coordenação, assumiu relevância, em especial no primeiro semestre, o papel desempenhado pela Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), fórum de articulação e concertação com os parceiros institucionais, tendo reunido três vezes para análise e discussão de questões de cariz sectorial.

Em termos financeiros, 2004 foi um ano em que a execução orçamental do IPAD, a nível global, foi da ordem dos 44,6%, sendo a taxa de execução da dotação orçamental inicial disponível de 63,49% e a de saldos transitados de 30,08%. De uma dotação orçamental corrigida e disponível de €104.611.257,00 , executou-se €46.647.217,88, tendo transitado para 2005 um saldo de 56.267.923,18 € Estes valores devem-se, em boa parte, a situações, algumas já atrás referenciadas, como o prolongamento da negociação dos PAC de 2004, com reflexos no nível da respectiva execução, e às adaptações resultantes dos ajustes ocorridos a nível da Instituição (redistribuição de competências das unidades orgânicas e mudança de praticamente todos os quadros dirigentes). Contribuiu também para esta situação a tardia efectivação da transição de saldos de 2003. Com efeito, dos 58.759.377,00 € que transitaram, 32.977.502€ foram integrados no Orçamento de 2004 em Abril e os restantes 25.781.875€ somente em Julho.

No âmbito dos recursos humanos, o ano foi marcado por adaptações ao novo quadro normativo resultante da Reforma da Administração Pública, concretamente a entrada em vigor da Lei Quadro dos Institutos Públicos, o novo Estatuto do Pessoal Dirigente, o novo modelo de Avaliação de Desempenho para a Administração Pública (SIADAP) e a constituição de uma Base de Dados da Administração Pública (BDAP). Acresceu ainda a reestruturação interna ocorrida no IPAD, através de um novo regulamento redefinidor de funções e competências dos Serviços, o que ocasionou mobilidade de pessoal a nível de algumas unidades orgânicas.

2. Actividades Desenvolvidas

2.1. Planeamento Financeiro e Programação

No ano de 2004 prosseguiram-se os esforços, iniciados em 2003, no sentido de reforçar e melhorar os mecanismos do Planeamento Financeiro e da Orçamentação da Cooperação Portuguesa, atentos os compromissos assumidos internacionalmente de dedicar, em 2006, uma percentagem mínima de 0,33% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Com efeito, para se atingir tais objectivos, face aos baixos níveis da APD Portuguesa (0,22% do RNB em 2003), são necessários meios que, perante uma conjuntura pouco favorável a uma mobilização significativa de recursos financeiros adicionais oriundos do Orçamento de Estado, terão que ser obtidos, procurando-se uma maximização do aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros das estruturas da Administração Pública Portuguesa.

Neste contexto, assumiu especial relevância a criação, em sede do Orçamento do Estado, do **Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa (P5)**, Programa que tem por finalidade congregar e orçar todas as actividades de cooperação desenvolvidas pelas estruturas da Administração Portuguesa, procurando conferir maior previsibilidade, coerência e transparência à Cooperação e Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa.

A dotação inicial consolidada do **Programa** era de 203.611.018€, dos quais cerca de 196.238.320€ eram provenientes de orçamento de funcionamento, enquanto que os restantes 7.372.698€ eram provenientes do orçamento de investimento.

No quadro das suas competências, o IPAD deu sequência aos processos de alteração orçamental solicitadas pelos executores, tendo nas situações que o exigiam emitido o seu parecer para que as mesmas pudessem ser efectuadas, o que resultou num acréscimo de recursos e numa dotação corrigida do **P5**, no final do período, de 279.809.534 €

A execução financeira do **P5** foi de 191.373.833 € correspondendo-lhe uma taxa de execução de 72%. No que se refere às componentes orçamentais que constituem o Programa, verificou-se que o **Orçamento de Funcionamento**, com uma dotação corrigida de 255.507.249 € teve uma execução financeira de 169.481.490 € a que corresponde uma taxa de execução de 70%, enquanto que o **Orçamento de Investimento**, com uma dotação corrigida de 24.302.285 € registou uma execução de 21.892.343 € a que corresponde uma taxa de execução de 92%

O IPAD, como entidade coordenadora do **P5**, deparou-se, neste primeiro ano de vigência, com constrangimentos vários, resultantes, essencialmente, do desconhecimento e da deficiente circulação/interpretação pelos diversos Serviços da informação, aquando da preparação do Programa. Boa parte deste desconhecimento deveu-se ao facto de, na maioria dos casos, a elaboração do orçamento não ser feito pelos departamentos sectoriais responsáveis pela cooperação, mas sim pelas Secretarias Gerais dos Ministérios a que pertencem, não havendo a adequada articulação. Em consequência, não constaram do Programa as actividades desenvolvidas por alguns dos habituais parceiros institucionais, como foi o caso do MDN/DGPDN, do MSSFC/GC e de alguns departamentos do MAI, nem algumas das actividades inscritas se enquadram nas orientações estratégicas e prioridades da Cooperação e Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa.

No âmbito da preparação do **P05-Cooperação para o ano de 2005**, procurou-se corrigir algumas das debilidades sentidas, tendo sido desenvolvido todo um trabalho de sensibilização e esclarecimento junto das estruturas sectoriais (executoras e de planeamento financeiro) através de reuniões, nomeadamente no âmbito da CIC, para articular e promover com os diferentes Ministérios a inscrição orçamental no Programa e respectivas Medidas, das actividades de cooperação tendo como objectivo o cumprimento dos PIC e PAC em vigor.

Assim, foi conseguida uma dotação consolidada do Programa para 2005 de 227.066.168€(conforme Lei nº55B/2004, de 30 de Dezembro), superior em cerca de 23,5 Meuros à dotação inicial de 2004, repartida pelas Medidas 1, 2 e 3. A **Medida 1** -

Cooperação para o Desenvolvimento – inclui as actividades e projectos no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e as quotas e contribuições para as organizações internacionais que podem ser contabilizadas como APD. A **Medida 2 – Cooperação Técnico-Científica** – inclui as actividades e projectos de cooperação nos domínios do ambiente, da ciência, da tecnologia e outras que constem de intercâmbio de informação nestes domínios e, bem assim, as contribuições e quotizações para organizações internacionais que não possam ser contabilizadas como APD. A **Medida 3 – Cooperação Técnico-Militar** contempla as despesas relativas a projectos de cooperação técnico-militar com os países de Expressão Portuguesa, bem como a cooperação na área da defesa no quadro da CPLP.

O quadro seguinte dá uma indicação da repartição da dotação consolidada para 2005 do Programa:

Orçamento	Medida 1		Medida 2		Medida 3		TOTAL	
Funcionamento	208.332.081	97%	930.092	16%	6.491.443	100%	215.753.616	95%
PIDDAC	6.442.600	3%	4.869.944	84%	0		11.312.544	5%
Total	214.774.681	100%	5.800.036	100%	6.491.443	100%	227.066.160	100%

No quadro da **programação bilateral** foi dada continuidade à reformulação dos instrumentos programáticos com os países de língua portuguesa, tendo-se concluído as negociações, iniciadas em 2003, dos **Programas Indicativos de Cooperação (PIC) 2004/2006** de Moçambique e de Timor Leste, assinados, respectivamente, em Março e Janeiro, e desenvolvido as negociações dos **PIC 2005/2007** de Cabo Verde, da Guiné – Bissau e de S. Tomé e Príncipe, documentos que vieram a ser assinados em .Novembro, o primeiro, e, Dezembro, os dois últimos. Os **PIC** foram estabelecidos tendo por referência, por um lado, as estratégias de desenvolvimento e prioridades sectoriais dos países parceiros e, por outro, os princípios orientadores e prioridades da Cooperação e Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa, princípios esses que estão em consonância com as orientações internacionais sobre Ajuda Pública ao Desenvolvimento, nomeadamente a Declaração do Milénio das Nações Unidas em que a luta contra a pobreza e o desenvolvimento sustentável são as principais prioridades.

Foram também estabelecidos os **Planos Anuais de Cooperação (PAC)** , instrumentos de sistematização e planificação das actividades anuais de cooperação, em conformidade com as prioridades e orientações constantes nos respectivos PIC. A conclusão e assinatura em 2004 da maioria destes instrumentos enquadradores e o arrastamento das negociações dos PAC com alguns dos parceiros, levou a uma tardia assinatura destes documentos (o PAC relativo a 2004 de Moçambique só veio a ser assinado em Setembro), o que veio a ter reflexos na respectiva execução e consequentemente na execução orçamental do IPAD.

Os PAC de 2004 foram elaborados, em articulação com as estruturas coordenadoras da cooperação dos países parceiros, bem como com as entidades portuguesas promotoras e/ou executoras da cooperação, englobando programas e projectos financiados com verbas do IPAD e dos Ministérios sectoriais portugueses. No seu conjunto ascendem a uma verba total de 79.500.000 € repartida da seguinte maneira:

- PAC 2004 Portugal- Angola - 16.000.000€
- PAC Portugal - Cabo- Verde 2004 - 12.000.000€
- PAC Portugal – Moçambique 2004 – 14.000.000€
- PAC Portugal – Timor- Leste 2004 - 27.500.000€
- “Programa de Acção para 2004 Portugal-S Tomé e Príncipe-10.000.000€

Relativamente à Guiné – Bissau, país que se tem confrontado com uma situação de instabilidade política e uma grave situação económica e social, foi acordado um **Programa Extraordinário**, no montante de **7.308.290€**, estruturado com um conjunto de acções de emergência para necessidades mais imediatas, por forma a dar alguma estabilidade interna de modo a que o processo eleitoral previsto se desenvolvesse com normalidade. Para além do apoio à criação de condições para o processo eleitoral, foram também contempladas acções que melhorassem alguns aspectos de cariz social, nomeadamente no âmbito dos cuidados primários de saúde e do emprego e segurança social, bem como a situação das contas públicas e dos militares.

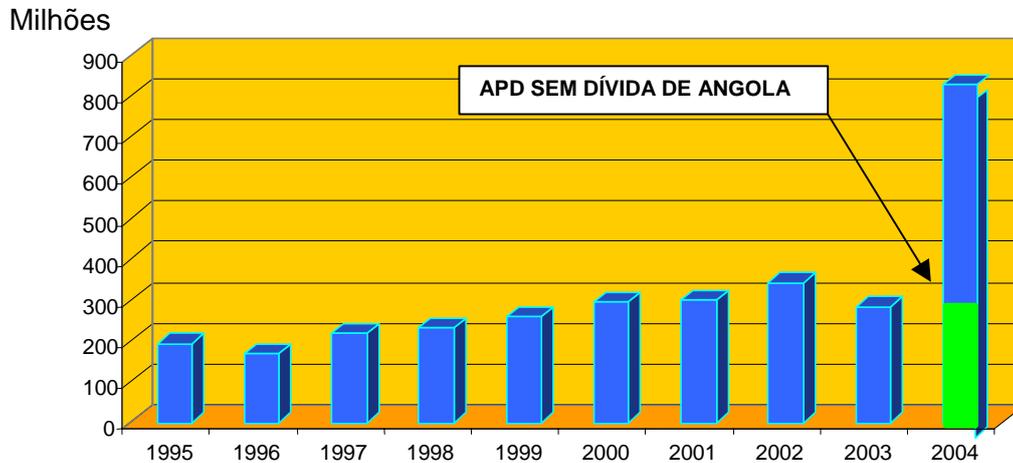
No contexto do aperfeiçoamento dos mecanismos internos de programação, continuou-se o esforço de manter actualizada a **Base de Dados da Cooperação Portuguesa (BDCP)**, instrumento fundamental para a centralização, coordenação e gestão da informação sobre actividades de cooperação, promovida por órgãos do Estado e outras entidades de natureza pública ou privada e para o cumprimento de algumas actividades do Instituto, nomeadamente a elaboração do cálculo do esforço financeiro global da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a resposta a entidades externas, nacionais ou internacionais, sobre questionários, solicitações, bem como na produção de estudos e relatórios sobre a matéria. Embora estivesse prevista uma melhoria das suas funcionalidades foi aspecto que não foi possível implementar em 2004, constituindo uma prioridade no âmbito das actividades a desenvolver em 2005.

No domínio do apuramento da **Ajuda Pública ao Desenvolvimento** foi prosseguido todo um trabalho conjunto com os diversos organismos da Administração Pública, a fim de melhorar o âmbito e a qualidade da informação recolhida e do respectivo apuramento. Estas tarefas permitiram, nomeadamente, identificar uma fonte de ajuda aos países em desenvolvimento no sector do ensino superior que possibilitou fazer crescer a APD em mais de 25 milhões de euros /ano, referente a custos com os alunos daqueles países a frequentarem os estabelecimentos do ensino superior público em Portugal e que não eram contabilizados.

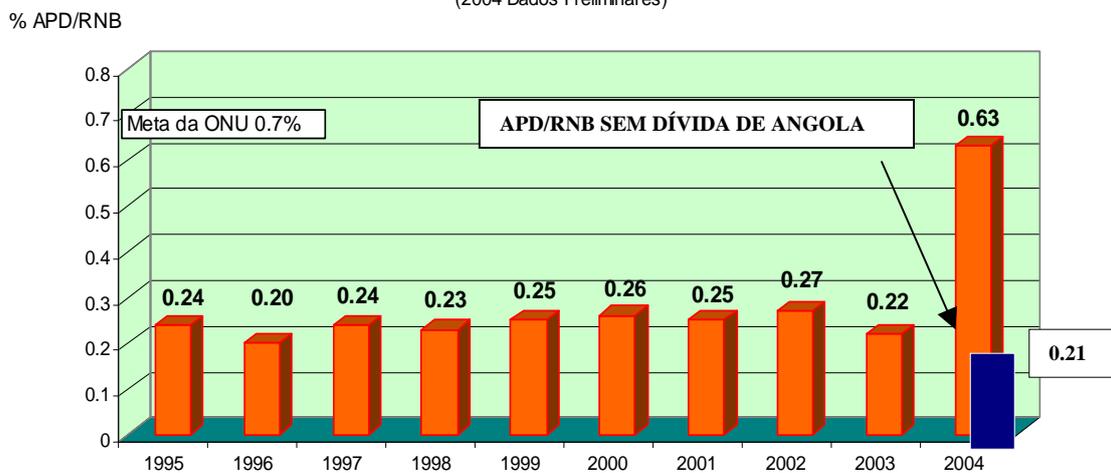
Os valores apurados da **APD de 2004**¹ dão uma indicação de que esta poderá atingir os 828 Meuros, a que corresponde um rácio APD/RNB de 0,63%, devendo-se esta subida à concretização da reestruturação da dívida de Angola (562Meuros), operação que tem efeito apenas no ano em que é realizada. Sem esta operação extraordinária, os valores da APD seriam de apenas 266 Meuros, a que corresponde um rácio APD/RNB de 0,21%, valor inferior ao de 2003, mantendo-se a tendência decrescente, iniciada naquele ano, em resultado de dificuldades de execução e do apertado controlo do défice público e de consolidação orçamental. Os mapas seguintes permitem ver a evolução da APD desde 1995:

¹ A contabilização da APD de 2004 realiza-se durante o ano de 2005, estando os números finais apurados no mês de Julho

APD PORTUGUESA 1995-2004
(2004 Dados Preliminares)



APD PORTUGUESA RACIO APD/RNB 1995-2004
(2004 Dados Preliminares)



No âmbito do **CAD** foi dada continuidade ao acompanhamento e a contribuir para a discussão de algumas questões em análise neste fórum internacional, participando nalgumas reuniões dos seus Grupos, salientando-se aquelas que se referem a alterações à contabilização como APD das despesas militares e do sector da defesa e das relativas à prevenção de Conflitos e Estados Frágeis e à Harmonização e Alinhamento.

A este respeito refere-se que a elegibilidade como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) das actividades relacionadas com a segurança, a prevenção de conflitos e construção da paz têm vindo a ser alvo de análises sucessivas pelos Estados Membros (EM) do CAD/OCDE. Nesta sequência, a Network do CAD sobre Conflitos, Paz e Cooperação para o Desenvolvimento (CPDC)² foi mandatada para estudar a questão da elegibilidade como APD e sugerir as alterações julgadas necessárias, no âmbito de uma maior abertura ao nível das Directivas do CAD. Estas, foram analisadas pelo CAD durante 2004 que as submeteu para apreciação e aprovação do High Level Meeting. As Directivas Estatísticas do CAD foram posteriormente actualizadas nos pontos que reuniram consenso, produzindo efeitos nos relatórios estatísticos de 2005, relativos à APD de 2004. Em consideração estiveram vários itens referentes a actividades que, de acordo com a definição de APD, poderiam ser contabilizáveis.

No que respeita a Portugal, e nomeadamente no que se refere à **Cooperação Técnico - Militar Portuguesa** (CTM), o cumprimento das actuais directivas do CAD, implica a supressão da quase totalidade dos projectos de CTM. Acresce salientar que os temas até agora discutidos e acordados no seio do CAD, não terão implicações para a APD portuguesa, dado envolverem, na sua maioria, actividades não contempladas pela CTM.

No que se refere à **Harmonização**, e a fim de contribuir para a elaboração de um Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e Alinhamento, preparou-se um “Plano Interno” com actividades calendarizadas, nomeadamente:

- elaboração de um Documento-síntese das *Boas Práticas* do CAD e tradução para português da Declaração de Roma, que foi difundido pelos actores da Cooperação Portuguesa (IPAD, Ministérios, Plataforma ONG, Embaixadas, e outros),
- realização de um *workshop* interno sobre a temática;
- preparação de questionários direccionados às Embaixadas e ao IPAD;
- criação de um *link* na página do IPAD.

² *Network on Conflict, Peace and Development Cooperation.*

As contribuições que daqui resultaram permitiram dar início à elaboração de um Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e Alinhamento a finalizar em princípios de 2005.

Foi ainda realizado o **Memorando da Cooperação Portuguesa Relativo a 2003**, tratando-se de um relatório elaborado anualmente pelo IPAD e entregue ao CAD/OCDE em língua inglesa. Com efeito, de acordo com as regras do CAD, os exames periódicos aos Estados Membros, realizados por norma de 4 em 4 anos, têm por base um memorando, elaborado pelo país examinado, que deverá abordar diferentes aspectos da sua política e programas de ajuda. Esse Memorando é disponibilizado em língua inglesa e, em conjunto com outras informações complementares, constitui um dos documentos - chave para a realização dos Exames. O Memorando de 2003 foi divulgado no site do IPAD.

Também no âmbito do cumprimento dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (ODM)³, este Instituto preparou um **Relatório dos Progressos Atingidos por Portugal em Relação aos ODM**. Este documento foi traduzido para inglês, difundido pelos agentes da Cooperação Portuguesa e instâncias internacionais, bem como foi aprovada a sua edição em papel. Foi ainda criado um *link* no *site* do IPAD sobre a matéria.

Este Relatório desenvolve-se no quadro da preparação da reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2005, onde será feito um balanço dos progressos efectuados na concretização da nova agenda global. Com efeito, coube à comunidade doadora, em que Portugal está inserido, reportar a sua contribuição em relação aos **ODM**, especialmente no que respeita ao Objectivo 8 - Desenvolvimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento - focalizada na ajuda ao desenvolvimento, no acesso aos mercados e na sustentabilidade da dívida. O Relatório cumpriu essa obrigação, seguindo a matriz acordada no seio da União Europeia, incluindo ainda uma análise da contribuição para os Objectivos 1 a 7.

³ Compromissos assumidos na Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas.

No campo da **Coordenação**, e reconhecendo o papel central da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), enquanto fórum de concertação interdepartamental, neste período tiveram lugar 3 reuniões da CIC, em formato de reunião sectorial, dedicadas aos assuntos específicos dos sectores da Educação, da Cultura e da Justiça. Estas reuniões tiveram como objectivo essencial melhorar a articulação entre os diversos agentes da cooperação, financiadores e executores, no âmbito da programação, orçamentação e execução, por forma a potenciar eventuais sinergias existentes e procurar uma maior coerência das intervenções.

Ainda no quadro da afirmação do IPAD, enquanto estrutura de coordenação, realizou-se também uma reunião do **Secretariado Permanente da CIC** dedicada exclusivamente ao “Programa da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro” (P5), reunião que contou também com os departamentos financeiros dos respectivos Ministérios. Dado o carácter inovatório deste instrumento, a reunião serviu para dar a conhecer, nos seus aspectos gerais, o Programa, fazer uma análise da sua execução e procurar sensibilizar os departamentos para a necessidade de introdução de algumas melhorias, aquando da preparação do P5 para 2005, nomeadamente no que se refere à integração de toda a actividade de cooperação naquele programa orçamental.

Para além das tarefas atrás enunciadas, foram, ainda, na área do planeamento financeiro e da programação, realizadas outras, extraordinárias, entre as quais se destaca, pelo seu efeito de conhecimento estratégico, *dossiers* sobre o sistema de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento de um conjunto de países (Holanda, Luxemburgo, Espanha, Brasil, França e Reino Unido).

2.2.Coordenação Geográfica

Como referido, as prioridades da Cooperação Portuguesa, em termos geográficos, centraram-se nos países que utilizam o português como língua oficial de expressão, num quadro de actuação em que a redução da pobreza constituiu a preocupação central.

O ano de 2004 foi um ano de negociação de novos instrumentos de programação bilateral, **Programas Indicativos de Cooperação (PIC)**, pelo que o diálogo com os países parceiros (com excepção de Angola, cujo PIC 2004/2006 foi assinado em 2003) foi centrado na estabilização destes documentos de orientação estratégica e dos consequentes **Planos Anuais de Cooperação (PAC)**. Este trabalho decorreu sob a forma de negociações entre o IPAD e delegações das estruturas coordenadoras do país receptor, realizadas em Portugal e/ou nos países parceiros, processo que contou com o contributo das estruturas sectoriais portuguesas executoras da cooperação e das Embaixadas Portuguesas e respectivas estruturas de apoio à cooperação. Ficaram assim definidos e estabilizados os quadros de referência da cooperação bilateral com todos os PLOP, pelo período de três anos.

Os PIC acordados traduzem as modalidades de apoio que melhor se adequam à situação específica de cada um dos países, atentos os objectivos e prioridades de desenvolvimento expressos nos respectivos documentos nacionais de orientação estratégica em termos de redução da pobreza, as grandes orientações internacionais sobre a matéria e as capacidades / disponibilidades e mais valias da Cooperação Portuguesa. Foi ainda tido em conta o posicionamento das cooperações bilaterais e multilaterais em presença em cada um dos países.

Em todos eles, sectores como a educação, a saúde e, de uma forma transversal, a valorização dos recursos humanos e a capacitação institucional, aparecem como sectores prioritários.

Acresce referir que a negociação dos **PAC de 2004**, foram condicionadas pela conclusão dos PIC, à excepção de Angola que fora concluído em 2003, tendo-se

arrastado as negociações pelo primeiro semestre do ano, ou para além disso, como foi o caso de Moçambique.

A Coordenação Geográfica acompanhou e apoiou todos estes processos de negociação, tendo de forma sistemática procedido à recolha e tratamento da informação da situação política, económica e social dos PLOP, bem como das relações de cooperação bilaterais, o que foi traduzido na elaboração de diversos pontos de situação, quer por país, quer por sector, que serviram também de suporte à preparação de diversas visitas ministeriais e de Chefes de Estado/Governo.

Pela sua importância, referem-se ainda, alguns documentos elaborados sobre aspectos específicos, designadamente:

Cooperação Tripartida Portugal/Japão/Timor - Leste;

A Cooperação Brasileira com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste;

A Cooperação Bilateral Luso-Brasileira;

Cooperação Espanha/Moçambique PALOP e Timor – Leste;

Cooperação Holandesa nos PALOP e Timor – Leste

Sudão: Crise de Darfur

Foi também assegurada a necessária articulação com os responsáveis da Cooperação junto das nossas Embaixadas nos países parceiros, estruturas que no terreno coordenam e acompanham os programas e projectos de cooperação.

Apresenta-se seguidamente, por país, uma súmula das principais actividades e factos mais relevantes ocorridos em 2004:

2.2.1. Angola

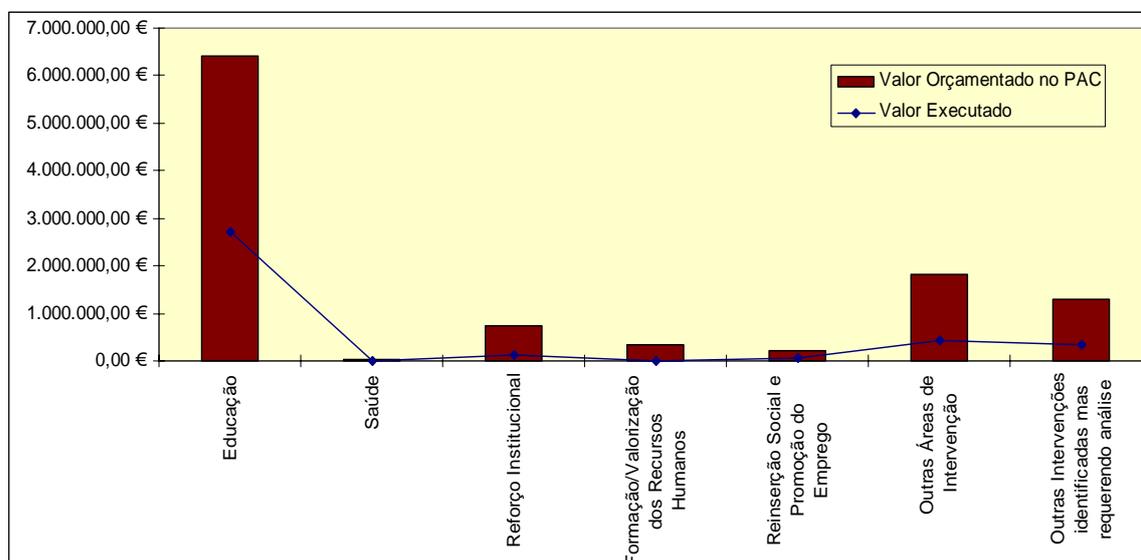
As relações de cooperação entre Portugal e Angola desenvolveram-se, no ano de 2004, sobretudo a partir do **Plano de Acção de Cooperação para 2004 (PAC)**, tendo como principal objectivo contribuir para a redução da pobreza, de acordo com as prioridades apresentadas pelas autoridades angolanas.

As negociações entre ambas as Partes levaram à assinatura daquele PAC, em Luanda, em 7 de Maio, tendo o conjunto dos projectos sectoriais que o constituíram sido dotado de um envelope financeiro de **16 Meuros**.

A quota parte do IPAD no referido envelope financeiro foi de **10.838.831,00€** – o que representa cerca de 68% do total – e a respectiva execução ficou-se pelos 34%, como resulta da leitura dos quadros abaixo.

Sector	Valor Orçamentado no PAC	Valor Executado	Taxa de Execução
Educação	6.412.378,00€	2.706.078,00€	42%
Saúde	20.000,00€	13.916,00€	70%
Reforço Institucional	727.903,00€	108.731,00€	15%
Formação/Valorização dos Recursos Humanos	348.366,00€	0,00€	0%
Reinserção Social e Promoção do Emprego	204.467,00€	54.828,00€	27%
Outras Áreas de Intervenção	1.821.003,00€	466.374,00€	26%
Outras Intervenções identificadas nas requerimentos	1.304.694,00€	328.853,34€	25%
Totais	10.838.831,00€	3.648.780,34€	34%

Gráfico da execução do PAC (Valores IPAD)



De realçar que não transparece na execução financeira – porque não haviam sido ainda pagos – a execução física, total ou quase, de alguns importantes projectos, como é o caso do Centro de Formação Hoji Ya Henda (269.507 €) e a cooperação com a EPAL E.P. no sector das águas (680.000 €). A serem contabilizados, atirariam a execução por parte do IPAD para cerca de 45%.

De entre os sectores mais relevantes o da educação salienta-se como aquele que registou o mais alto nível de execução – à volta de 42%. Pela importância que revestiram, sobressaíram neste sector os projectos de construção do Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda (Escola Portuguesa), construção da 2ª Escola de ensino público básico angolano no município de Viana e a cooperação em matéria de ensino superior – o projecto emblemático da cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, o curso de Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais no Lubango e o curso de Mestrado em Direito também na capital da província da Huíla.

Para além do PAC, o IPAD apoiou a execução de 11 projectos apresentados por ONGD com um montante de **€ 854.302,93**. Couberam a projectos nas áreas da educação e da saúde cerca de 50% e 25%, respectivamente, do total de financiamentos postos à disposição relativamente a Angola.

Embora a situação de emergência em Angola se tenha desagradado e as autoridades angolanas tenham deixado de ver com bons olhos a concessão de ajuda humanitária nos moldes dos anos anteriores (envio de bens de diversa natureza por contentor), o IPAD concedeu, nesse âmbito, apoios no montante de **€ 829.373,69**. Deste valor, € 603.000 foram desembolsados, em resposta ao Apelo Consolidado das Nações Unidas a favor de Angola, para financiamento de actividades do PAM, OMS e OIKOS no terreno. Apesar de fora daquele Apelo, também a UNICEF recebeu do IPAD um montante significativo destinado a acções nas áreas da saúde e do saneamento no país.

No final do ano, as estruturas coordenadoras da cooperação de Portugal e de Angola reuniram-se, em Luanda e em Lisboa, com o duplo objectivo de procederem ao balanço da execução do PAC então em vigor e de prepararem o PAC para 2005.

No período de 1999 a 2004, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral Portugal – Angola totalizou €653.763.979, conforme o quadro abaixo.

1999	2000	2001	2002	2003	2004*
18.568.187	14.490.139	13.261.761	15.324.722	17.249.435	574.869.735

Valores provisórios

De referir que o valor exponencial de 2004, muito embora sendo um valor provisório, se deve à operação de reestruturação da dívida angolana, o que corresponde a um valor de **561.708.319 €**

2.2.2. Cabo Verde

A cooperação entre Portugal e Cabo Verde desenvolve-se a dois níveis: bilateral, através dos Planos Indicativos de Cooperação (PIC), materializados em Planos Anuais de Cooperação (PAC), onde são identificados os projectos a desenvolver de acordo com as prioridades definidas e respectivo plano de financiamento; e, multilateral, através da participação em programas da União Europeia, das Agências das Nações Unidas, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e em parceria com outros doadores bilaterais na realização de projectos tripartidos.

Em 2004 foi desenvolvido o **Plano Anual de Cooperação Portugal – Cabo Verde para 2004**, PAC que correspondeu ao último ano do Programa Indicativo 2002-2004, e que e de acordo com as suas linhas orientadoras, deu prioridade às seguintes áreas:

- Apoio à consolidação das instituições;

- Valorização dos recursos humanos;

- Alargamento da base produtiva e melhoria da competitividade do sector empresarial cabo-verdiano;

- Valorização da cultura e preservação do património histórico.

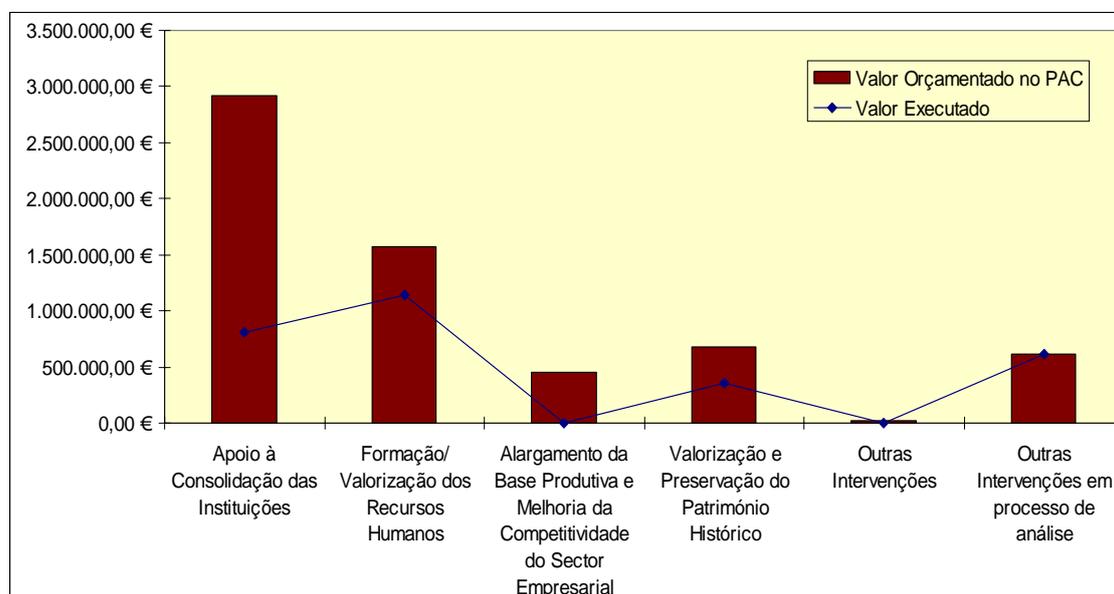
Contemplou projectos que se encontravam em curso e outros a desenvolver no futuro imediato em sectores identificados como prioritários, tendo em conta as orientações estratégicas de desenvolvimento de Cabo Verde e, sobretudo, a fase de passagem de PMA a PDM, que se perspectiva. O montante global atribuído ao PAC de 2004 foi de **12 Meuros**.

Deste montante, o IPAD assumiu cerca de 6.255.510 € ou seja cerca de 52%, conforme discriminação constante do quadro seguinte, verificando-se que a maior fatia foi atribuída ao “Apoio à Consolidação das Instituições”, seguindo-se-lhe a “Valorização dos Recursos Humanos”, (este com o maior índice de execução), sectores tradicionais na cooperação entre os dois países. De assinalar a baixa execução verificada em relação ao orçamentado pelo IPAD, que rondou os 47%, atribuída a

factores como a tardia instrução de processos por parte das autoridades caboverdeanas e alguma dificuldade de execução da parte portuguesa.

Sector	Valor Orçamentado no PAC	Valor Executado	Taxa de Execução
Apoio à Consolidação das Instituições	2.916.711,00 €	804.315,05 €	28%
Formação/ Valorização dos Recursos Humanos	1.574.902,00 €	1.145.449,00 €	73%
Alargamento da Base Produtiva e Melhoria da Competitividade do Sector Empresarial	450.000,00 €	0,00 €	0%
Valorização e Preservação do Património Histórico	675.672,00 €	354.450,00 €	52%
Outras Intervenção	25.000,00 €	0,00 €	0%
Outras Intervenção em processo de análise	613.224,00 €	613.224,00 €	100%
Totais	6.255.509,00 €	2.917.438,05 €	47%

Gráfico da execução do PAC (valores IPAD)



Salienta-se ainda as acções pontuais, a solicitação das autoridades caboverdeanas, de disponibilização de um avião e de combustível para pulverização de insecticida para combate a uma praga de gafanhotos, que afectou algumas Ilhas, e um donativo para fazer face aos estragos causados no Mindelo pelas intensas chuvas que assolaram a ilha de S. Vicente.

Realça-se também a cooperação entre municípios geminados, área tradicional no âmbito das relações de cooperação entre os dois países, tendo sido apoiados projectos nos sectores do urbanismo, saneamento, infraestruturas socio-comunitárias e saúde.

O IPAD apoiou também projectos de ONGD (ACEP, IMVF e AMI) para os sectores de reforço da capacidade institucional, saúde e luta contra a pobreza em diversas Ilhas de Cabo Verde.

No âmbito multilateral, merecem referência projectos executados e em curso no âmbito da CPLP, dos quais Cabo Verde tem beneficiado, como o Governo Electrónico, Gestão e Administração Escolar e a Capacitação de Recursos Humanos em Saúde e os projectos para Cabo Verde na área da Boa Governação e da Luta contra o HIV/SIDA, financiados por Portugal, através do Trust Fund do PNUD.

Em 2004 procedeu-se também à negociação de novo quadro de programação, procurando iniciar um ciclo diferente nas relações de cooperação entre os dois países, assente em quatro princípios basilares: concentração; eficácia; parceria; e coordenação, procurando evitar a dispersão e multiplicação de pequenas acções de impacto e visibilidade reduzidas, obedecendo a uma lógica de maximização de recursos e capacidades. Neste sentido, foi assinado a 30 de Novembro de 2004, o **PIC para o triénio 2005/2007**, dotado de um montante indicativo de **55 Meuros** e que tem como prioridades: Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica; Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação de Património.; e Apoio à Estabilidade Macro-Económica. O Programa contempla ainda Acções Complementares, dada a necessidade de enquadrar projectos que estão em curso , bem como outros que se venham a revelar importantes nos esforços de desenvolvimento de Cabo Verde.

No quadro do novo PIC 2005-2007 será prosseguida a execução do Acordo de Cooperação Cambial vigente desde 1998, instrumento que se tem revelado fundamental para a estabilidade macoeconómica de Cabo Verde

No contexto do total da APD concedida por Portugal, registou-se um crescimento bastante significativo da canalizada para Cabo Verde, tornando-se este país no 2º maior beneficiário, logo a seguir a Timor Leste. Esta situação fica a dever-se, fundamentalmente, aos custos associados às vagas concedidas no ensino superior público português a estudantes cabo-verdianos (em 2003, esse custo ascendeu a cerca de 28,5 milhões de euros)⁴. No período 1999-2004, a Ajuda Pública ao desenvolvimento (APD) bilateral Portugal / Cabo Verde apresenta os seguintes valores em Euros (€), num total de 141.889.603 €

1999	2000	2001	2002	2003	2004*
19.628.591	26.760.043	25.720.656	11.554.374	35.611.370	22.614.569

Este valor é provisório

⁴ Estes dados foram recolhidos pela 1ª vez em 2003

2.2.3. Guiné – Bissau

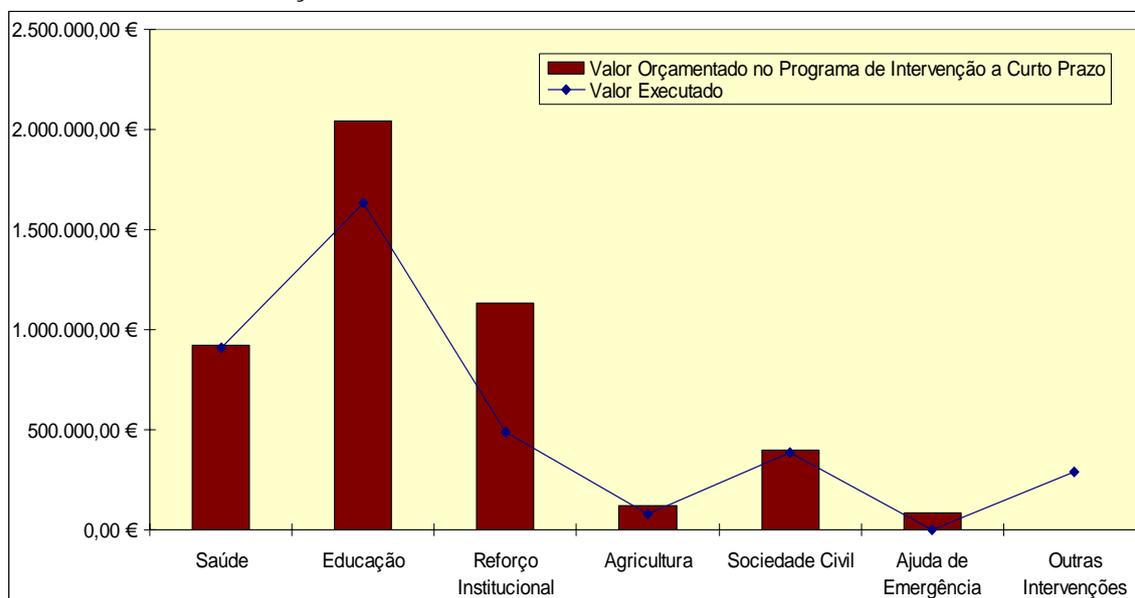
Em 2004, as relações de cooperação entre Portugal e a Guiné – Bissau, país que se tem confrontado com uma situação de instabilidade política e uma grave situação económica e social, tiveram como quadro de referência um **Programa de Intervenção a Curto Prazo** constituído por acções de cariz pontual mas essenciais para dar alguma estabilidade interna, de modo a que o processo eleitoral previsto se desenvolvesse com alguma normalidade. Este Programa, no montante de **7.308.290€**, dos quais foram assumidos pelo **IPAD 4.700.790€**, ou seja cerca de 64%, envolveu acções de apoio ao processo eleitoral propriamente dito e acções que melhorassem alguns aspectos de cariz social, nomeadamente no âmbito da educação, dos cuidados primários de saúde e do emprego e segurança social. Foram ainda prosseguidos os projectos que se encontravam em execução, nomeadamente o Projecto Centro Experimental Hortícola e Frutícola do Quebo, o Programa na área da Educação e o Projecto entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau.

Foram também apoiados projectos com a intervenção da sociedade civil, nomeadamente ONGD. Em 2004, os 10 projectos co-financiados para este país ascenderam a 607.493,34€, representando 18 % do total de projectos apoiados pelo IPAD nesse ano.

O mapa e o gráfico seguintes dão uma indicação da repartição por sectores, valores IPAD, programados e executados, do Programa, verificando-se que a educação ocupou o primeiro lugar, seguindo-se-lhe a saúde. Em termos de execução global, verifica-se uma taxa de 80%, cabendo aos projectos desenvolvidos pela sociedade civil e ao sector da saúde as mais altas taxas de execução. No âmbito do Reforço Institucional verificou-se uma taxa de execução bastante baixa em resultado de não ter havido disponibilidade por parte de algumas estruturas executoras (nomeadamente da área das Finanças) para fazer deslocar técnicos para a Guiné-Bissau

Sector	Valor Orçamentado no Programa de Intervenção a Curto Prazo	Valor Executado	Taxa de Execução
Saúde	920.000,00€	909.519,00€	99%
Educação	2.039.969,00€	1.634.007,00€	80%
Reforço Institucional	1.132.727,00€	486.481,00€	43%
Agricultura	123.400,00€	78.088,00€	63%
Sociedade Civil	398.694,00€	385.213,00€	97%
Ajuda de Emergência	86.000,00€	0,00€	0%
Outras Intervenções	0,00€	287.086,00€	
Totais	4.700.790,00€	3.780.394,00€	80%

Gráfico de execução com valores IPAD



Foi ainda dada resposta aos apelos de ajuda de emergência lançados pelo Governo guineense, sendo disso exemplo as contribuições em 2004, através do IPAD, para duas acções de apoio a crises humanitárias, uma em Março, no valor de 8.707,08 € para reequipamento médico cirúrgico do Hospital Militar em Bissau, e a segunda num contexto multilateral, no valor de 200.000,00 € para assegurar cuidados de saúde primários em 5 localidades do país.

Foram também concedidos apoios financeiros, um directo ao orçamento de 1.000.000,00 de USD e outro de 500.000,00 de USD para o **Fundo de Gestão Económica de Urgência** do PNUD .

O Governo saído das eleições legislativas de Março 2004 procurou dar mostras de credibilidade, promovendo um clima de estabilidade e de boa governação que levasse a comunidade internacional a restaurar a assistência internacional ao país. Respondendo a este novo impulso, foram desenvolvidas negociações com as autoridades guineenses para o estabelecimento de um novo quadro de referência para as relações de cooperação, tendo sido acordado um **Programa Indicativo de Cooperação para o período 2005-2007**, e um **PAC para 2005**, documentos que foram assinados em Dezembro ,por ocasião da visita a Portugal do Primeiro Ministro guineense.

O **PIC 2005-2007** envolve um envelope financeiro indicativo de **42.406.625,79 €** e engloba 3 eixos de concentração: educação; saúde; capacitação institucional; e quatro programas complementares de apoio: agricultura; património; desenvolvimento sócio - comunitário; comunicação social. A estratégia definida para a cooperação bilateral tem como objectivo contribuir para a redução da pobreza, para a estabilidade político militar no país e para promover o seu desenvolvimento económico social. Esta estratégia está em consonância com a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza-DENARP, Programa de Acção do Governo guineense para o período entre 2005-07, peça fundamental para a retoma de iniciativas de apoio ao seu desenvolvimento por parte das organizações do Sistema das Nações Unidas. Na concepção do PIC 2005-2007 foram também levados em linha de conta os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a implementação das recomendações tomadas no âmbito da nova dinâmica gerada pelo lançamento e concretização da União Africana e da NEPAD.

No período entre 1999 e 2004, a APD bilateral Portugal – Guiné Bissau apresenta os seguintes valores (€), referindo-se que os valores significativamente mais elevados referentes ao período de 1999 a 2002 se devem a acções relacionadas com a dívida:

1999	2000	2001	2002	2003	2004*
12.965.947,00	16.311.150,00	14.928.471,00	7.050.557,00	7.304.000,00	8.314.438,00

Valores provisórios

2.2.4. Moçambique

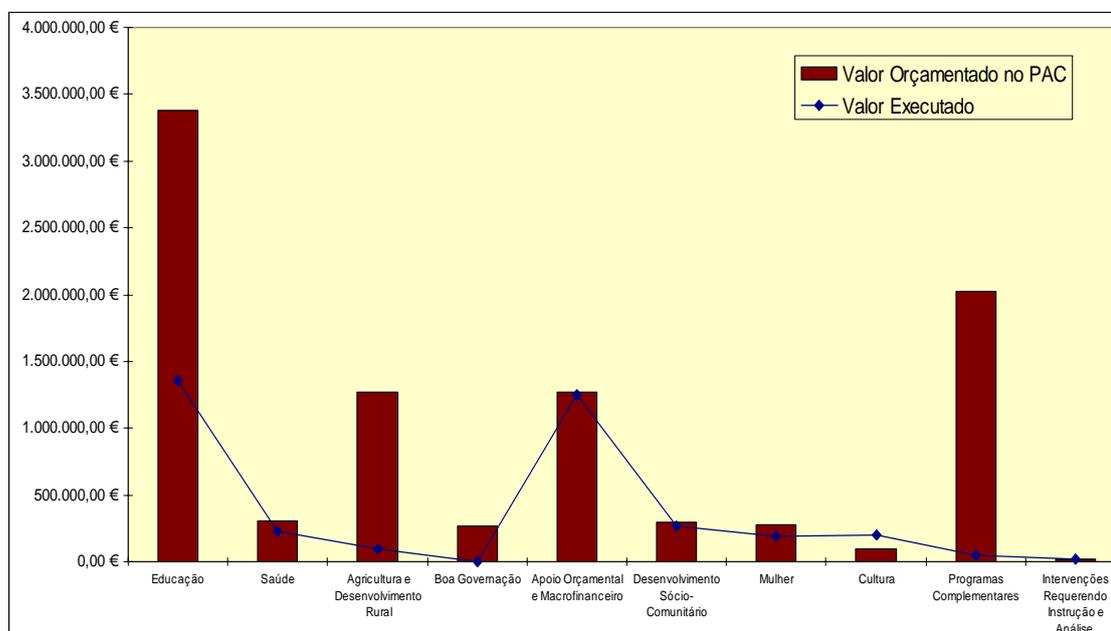
As relações de cooperação entre Portugal e Moçambique no ano de 2004 foram marcadas, tal como em 2003, pelo objectivo principal de contribuir para a redução dos níveis de pobreza absoluta, articulando com a estratégia do Governo moçambicano PARPA para o período 2000 – 2005, para o qual uma considerável percentagem das acções dos Doadores têm convergido através de uma Parceria designada por PAP – Parceiros para Apoio Programático.

Retomando a metodologia de relacionamento entre as Cooperações dos dois Países, que vigorou até 2001 na base do PIC para o período 1999-2001, foi assinado no dia 29 de Março, por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Primeiro Ministro de Portugal a Maputo, o **PIC - Programa Indicativo de Cooperação para o período 2004 – 2006**. O Programa envolve um envelope financeiro indicativo de **42 Meuros** para o triénio, englobando 8 eixos de concentração: Educação; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Boa Governação; Apoio Orçamental e Macro - financeiro; Desenvolvimento Sócio - Comunitário; Mulher; Cultura; e 2 programas complementares de apoio: Ambiente e Recursos Naturais; Cooperação Técnico - Militar.

Iniciando a concretização deste PIC, o Plano de Acção de Cooperação(PAC) para 2004 foi assinado em Maputo, no dia 9 de Setembro, identificando os programas/projectos sectoriais a desenvolver no quadro das prioridades estabelecidas no PIC, com um montante de 14 **Meuros**. Deste montante, o IPAD assumiu **9.216.846,00 €**, apresentando no final do ano uma taxa de execução de 40%, motivada, em grande medida, pela assinatura tardia do Plano. Os quadros apresentam uma discriminação por sectores (valores orçamentados no PAC e execução) em relação ao contributo do IPAD:

Sector	Valor Orçamentado no PAC	Valor Executado	Taxa de Execução
Educação	3.383.952,00€	1.355.323,00€	40%
Saúde	300.804,00€	232.591,00€	77%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	1.269.616,00€	97.471,00€	8%
Boa Governação	267.156,00€	2.309,00€	1%
Apoio Orçamental e Macrofinanceiro	1.274.000,00€	1.253.657,00€	98%
Desenvolvimento Sócio-Comunitário	297.463,00€	269.300,00€	91%
Mulher	275.417,00€	193.364,00€	70%
Cultura	100.000,00€	205.078,00€	205%
Programas Complementares	2.026.860,00€	52.004,00€	3%
Intervenções Requerendo Instrução e Análise	21.578,00€	21.578,00€	100%
Totais	9.216.846,00€	3.682.675,00€	40%

Gráfico da Execução do PAC (Valores IPAD)



Desta execução distinguem-se com maiores níveis os sectores da Educação, do Desenvolvimento Sócio Comunitário, da Saúde, da Cultura, da Mulher, e da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Verifica-se, também, que nos montantes atribuídos aos projectos financiados pelo IPAD para serem executados por ONGDs, no que se refere à sua distribuição geográfica, Moçambique foi contemplado com a maior percentagem (25%) do apoio do IPAD à Sociedade Civil, em igualdade de circunstâncias com Angola.

A estas contribuições acrescem os desembolsos portugueses através de trust fund em diferentes organizações multilaterais para programas e projectos dirigidos a Moçambique ou regiões onde este país se insere. São exemplos da primeira situação a participação de Portugal no projecto do PNUD de Assistência Eleitoral, que preparou os actos eleitorais moçambicanos de 2004 – legislativas e presidenciais – que ocorreram em Dezembro, e do segundo a contribuição para o Fundo Global de Combate ao HIV-SIDA, Tuberculose e Malária.

Após prolongadas negociações conduzidas pela Parte Portuguesa - IPAD e Embaixada em Maputo - Portugal aderiu a 9 de Fevereiro ao Programa Conjunto de Doadores para o Apoio Macro-Financeiro a Moçambique, passando a ser o 14º membro, acordando uma contribuição de 1,5 MUSD/ano, durante três anos (4,5 MUSD no total), o que se traduz num apoio directo ao Orçamento, situação inovadora quanto às modalidades de ajuda pela Cooperação Portuguesa em Moçambique. No decurso de 2004, este Programa teve grande evolução interna, passando a designar-se por Parceiros para Apoio Programático (PAP), concentrando-se nos apoios directos ao Orçamento e à Balança de Pagamentos.

Tiveram lugar, em 2004, duas visitas do Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, a primeira na qualidade de Presidente da União Africana, por ocasião da comemoração do 41º Aniversário da Organização da Unidade Africana (Maio) e, a segunda, em Visita de Estado (Outubro). Em ambas as situações registaram-se contributos do IPAD para a preparação das visitas, designadamente através da elaboração de pontos de situação adaptados aos eventos.

No que se refere à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, os valores provisórios de 2004 dão indicação de que se mantêm a tendência decrescente verificada nos últimos anos, embora de forma menos acentuada. No período 1999-2004, a APD bilateral Portugal - Moçambique apresentou a seguinte evolução em Euros (€), referindo-se que os valores mais elevados do período devem-se essencialmente a operações de reescalonamento de dívida e de ajuda de emergência no quadro das cheias que assolaram o país em 2000:

1999	2000	2001	2002	2003	2004 *
49 411 780	35 604 792	38 251 442	25 367 370	16 919 767	16.170.156
€					

*valor provisório

2.2.5. S. Tomé e Príncipe

A cooperação entre Portugal e S. Tomé e Príncipe tem sido desenvolvida, a nível bilateral, através dos programas indicativos de cooperação e, a nível multilateral, através da participação em programas da União Europeia, das Nações Unidas e da CPLP.

No âmbito do PIC 2002-2004 – que contou com um envelope financeiro de 39M€- , foi assinado, em Maio de 2003, um **Programa de Acção para os anos de 2003/2004 – Linhas de Orientação Estratégica**. Este Programa foi estruturado no seguimento da identificação das principais linhas da intervenção e dos sectores para os quais se considerou prioritária a mobilização de esforços financeiros, no período em causa. O Programa identificou programas sectoriais de acção nas áreas da educação, saúde, agricultura, reforço institucional/boa governação, e uma área transversal de luta contra a pobreza.

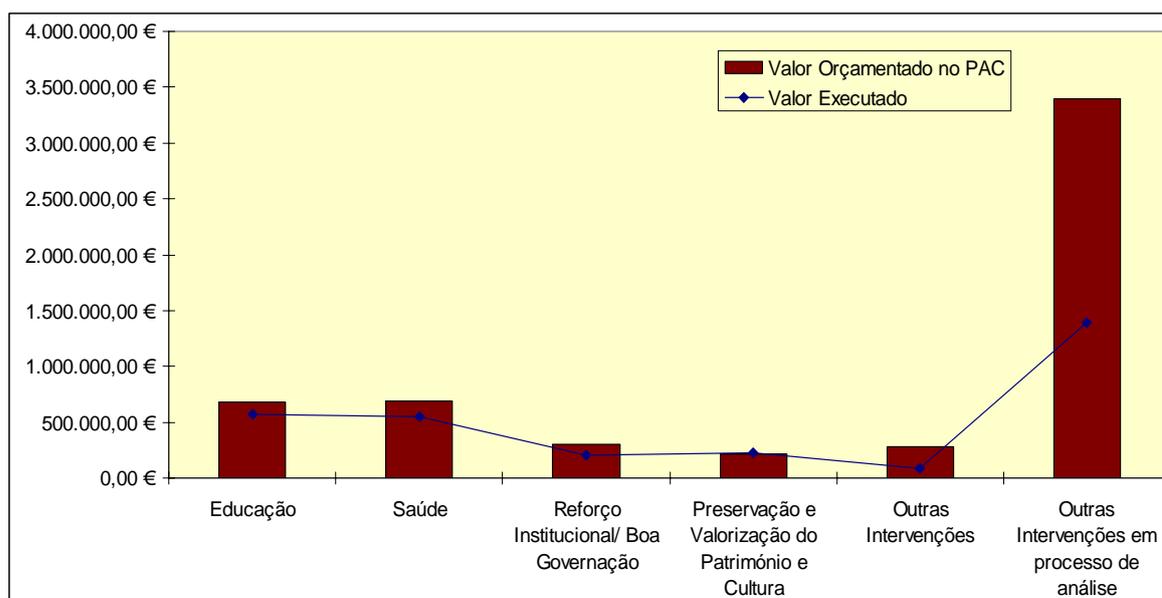
O **Plano de Acção de Cooperação para 2004 (PAC)**, envolveu um orçamento de **10 Meuros**, foi assinado em 17 de Fevereiro, teve como quadro de referência o Programa de Acção 2003- 2004, mas com alguns ajustamentos decorrentes das necessidades constantes do plano de acção de emergência apresentado, em Agosto de 2003, pelo Governo santomense.

Do montante de **10 Meuros**, foi previsto um cofinanciamento do IPAD em diversos projectos do PAC de 2004 que totalizaram os **5.584.415,00€**. Deste montante, foi executado 3.037.858,58€ o que corresponde, em termos percentuais, a cerca de 54%. O baixo nível de execução deve-se, de alguma forma, à existência em 2004 de alguma instabilidade política em S. Tomé e Príncipe, o que levou a uma substituição do Governo, tendo como reflexo uma certa morosidade das autoridades santomenses em apresentarem projectos nas áreas prioritárias, nomeadamente na área da agricultura. Os quadros seguintes dão uma identificação da repartição do financiamento do IPAD por

sectores, verificando-se que o único que teve uma execução a 100% foi a preservação e valorização do património e cultura.

Sector	valor		taxa de execução
	orçamentado no pac	valor executado	
educação	683.520,00 €	570.556,09 €	83%
<i>saúde</i>	693.524,00 €	554.431,40 €	80%
reforço institucional/ boa governação	305.466,00 €	208.698,62 €	68%
<i>preservação e valorização do património e cultura</i>	219.722,00 €	224.117,43 €	102%
<i>outras intervenções</i>	283.566,00 €	88.032,76 €	31%
<i>outras intervenções em processo de análise</i>	3.398.617,00 €	1.392.022,28 €	41%
totais	5.584.415,00 €	3.037.858,58 €	54%

Gráfico da execução do PAC 2004 (Valores IPAD)



Em 2004 desenvolveram-se negociações conduzidas, pelo lado português, pelo IPAD para o estabelecimento de um novo quadro de orientação estratégica das relações de cooperação bilaterais, tendo sido assinado, a 22 de Dezembro de 2004, o novo **Programa Indicativo de Cooperação para o Triénio 2005-2007**, com uma dotação financeira de 41M€ Dentro do mesmo processo de negociação foi, desde logo, identificado o PAC de 2005, com um conjunto de projectos no montante de 10,5 Meuros.

O PIC 2005-2007 estabelece que a cooperação entre os dois países assentará em quatro princípios basilares que nortearão, tanto a escolha das acções como o seu acompanhamento e monitorização, a saber:

Concentração, canalizando a maior parte dos recursos financeiros para um número reduzido de sectores e/ou intervenções;

Eficácia, escolhendo as modalidades de intervenção e de apoio que possibilitem obter melhores resultados e impactos no desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe;

Parceria, envolvimento no esforço de desenvolvimento de entidades privadas, sejam elas de natureza empresarial ou associativa;

Coordenação, assumindo as estruturas coordenadoras da cooperação de ambos os países as suas responsabilidades na condução e na coordenação do Programa.

Estabelece, por outro lado, como eixos prioritários de intervenção: a **Valorização dos Recursos Humanos e Capacitação Técnica**; e o **Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas**. Contempla ainda a hipótese de se apoiarem projectos e acções não inseridos nos eixos prioritários que sejam importantes e prioritários para o desenvolvimento sócio-económico do país

Relativamente aos projectos das ONGD, no âmbito da candidatura a co-financiamentos, foram apresentados para este país 9 projectos, dos quais 4 foram co-financiados no montante de 326.719,28€ representando 9,8 % do total dos co-financiamentos concedidos pelo IPAD em 2004 para projectos de ONGD. Os projectos foram desenvolvidos pelas ONGD, Assistência Médica Internacional, Instituto

Marquês de Valle-Flôr, Associação Sol sem Fronteiras e Associação Fernão Mendes Pinto e repartiram-se pelos sectores da saúde e das questões sociais

No quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizou-se em Julho de 2004, em S. Tomé e Príncipe, a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, tendo sido disponibilizado por Portugal, face às carências daquele país para a organização do evento apoio material (equipamentos e viaturas), logístico (transporte de material diverso) e financeiro (100.000€), este assumido pelo IPAD.

De referir ainda que a Ajuda Pública Portuguesa ao Desenvolvimento a S. Tomé e Príncipe entre 2000 e 2004 totalizou 60.169 M€

Meuros

2000	2001	2002	2003	2004*
11.483	15.664	13.806	9.856	9.360

* valores provisórios

2.2.6. Timor Leste

Em 2004, a Cooperação Portuguesa com Timor-Leste desenvolveu-se através de dois instrumentos fundamentais: o **Plano Indicativo de Cooperação 2004-2006 (PIC)**, documento de estratégia planeado para um horizonte temporal de três anos, que define os principais eixos de intervenção, e o **Plano Anual de Cooperação 2004 (PAC)**, que operacionaliza o PIC em projectos sectoriais.

Assim, em Janeiro de 2004, os Governos português e timorense assinaram o PIC 2004/06, que consignou a estratégia da Cooperação Portuguesa para o referido triénio, prevendo um montante de **50 Meuros** destinado ao financiamento de intervenções em diversas áreas, em particular nos seguintes sectores: (i) Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa, (ii) Capacitação Institucional, e (iii) Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social.

A definição dos eixos prioritários da Cooperação Portuguesa para Timor-Leste obedeceu à lógica de desenvolvimento enunciada no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), bem como aos consagrados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O PDN, elaborado pelo Governo de Timor-Leste, constitui um documento de referência para todos os parceiros para o desenvolvimento de Timor-Leste⁵, e cobre o período 2002/03 a 2006/07, assentando a sua estratégia em dois grandes objectivos: Redução da pobreza em todos os sectores e regiões do país; e Promoção do crescimento económico de forma equitativa e sustentável e melhoria da saúde, educação e bem-estar das populações.

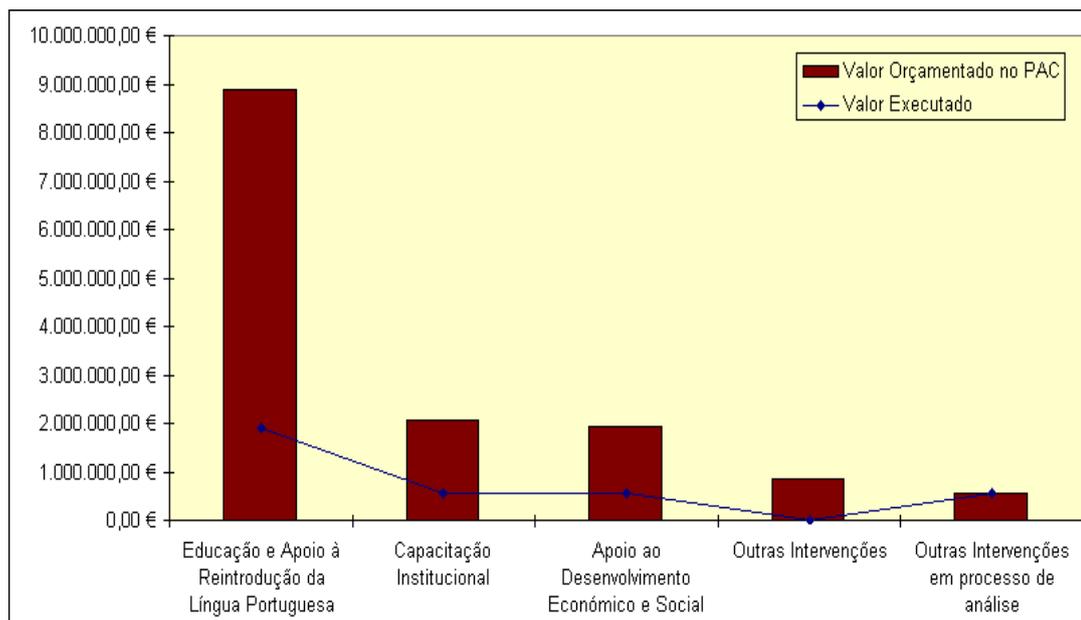
O **PAC 2004**, assinado em 19 de Maio, , previu um envelope financeiro no valor de **27,5 Meuros**, dos quais o IPAD assumiu 14.291.116,00€ para o desenvolvimento de programas e projectos inseridos, em especial, nos três eixos prioritários de intervenção estabelecidos pelo PIC 2004/06, assegurando, em grande medida, a continuidade aos projectos iniciados em 2003, procurando reforçar, contudo, a componente de criação

⁵ Neste Plano encontram-se descritos os contextos social, político e económico do país, permitindo traçar a estratégia timorense de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

de competências na administração pública. Quanto ao nível de execução do PAC 2004 por eixo, *vide* quadros seguintes:

Sector	Valor Orçamentado no PAC	Valor Executado	Taxa de Execução
Educação e Apoio à Reintrodução da Língua Portuguesa	8.900.500,00 €	1.898.312,00 €	21%
Capacitação Institucional	2.072.292,00 €	544.282,00 €	26%
Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social	1.927.295,00 €	543.464,00 €	28%
Outras Intervenções	845.000,00 €	0,00 €	0%
Outras Intervenções em processo de análise	546.029,00 €	546.029,00 €	100%
Totais	14.291.116,00 €	3.532.087,00 €	25%

Gráfico da execução do PAC (Valores IPAD)



Reconhecendo a forte correlação existente entre baixos níveis de educação e elevados índices de pobreza, e atendendo ao facto do Português ter sido consagrado como um dos idiomas oficiais de Timor-Leste, a Educação e a Reintrodução da Língua Portuguesa continuou a ser o eixo estratégico onde foi concentrada a maioria dos recursos existentes.

A estratégia de Reintrodução da Língua Portuguesa, traduzida no Programa de Cooperação no Sector da Educação em Timor-Leste para o ano lectivo de 2003/04, com um encargo total de 2.415.912 €, assumiu como principal objectivo a formação de professores timorenses em Língua portuguesa, nomeadamente, ao nível da instrução primária.⁶ Note-se que, no ano lectivo de 2003/2004, 116 docentes leccionaram ao abrigo do Programa de Cooperação na Área da Educação com Timor-Leste, 3 no Seminário Maior Interdiocesano de S. Paulo e 13 na Escola Portuguesa de Díli. Destacou-se também, neste eixo, o apoio à Universidade Nacional de Timor-Leste.⁷

Em paralelo, registou-se ainda um considerável esforço da Cooperação Portuguesa tendente à progressiva capacitação das instituições timorenses, que se concretizou através do Programa de Cooperação no domínio da Justiça, da Cooperação Técnico-Militar, e da disponibilização de assessorias técnicas em ministérios sectoriais e gabinetes ministeriais, através do enquadramento legal existente para cooperantes – Decreto-Lei 10/2000, revogado em 14 de Abril pela Lei 13/2004.

Contribuindo para o desenvolvimento económico e social, Portugal não deixou de desenvolver iniciativas de acordo com o PIC, donde se destacaram o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Timor-Leste (PADRTL⁸), projectos de solidariedade social e na área da formação profissional, no âmbito do Programa de

⁶ O Programa dirigiu-se aos ensino básico, pré-secundário e secundário, com vista a permitir a gradual introdução do Português em todos os níveis de ensino, contrariamente ao que sucedia nos anos anteriores, em que a ênfase dada à leccionação se traduziu em resultados aquém do esperado. Esta política de optimização de meios permitiu aumentar para cerca de 300 o número de formadores de português, dos quais 170 são timorenses, com vantagens acrescidas do ponto de vista de uma maior cobertura do território, da facilidade de comunicação, por dominarem, para além do português, o tétum, e, ainda, com custos reduzidos relativamente aos professores portugueses.

⁷ Projecto CRUP-FUP-UNTIL.

⁸ O Programa-base do PADRTL 2003-2006 integra os seguintes três projectos: (1) o Centro Agro-Florestal Quinta Portugal, no Distrito de Aileu; (2) o Centro Tecnológico e Agro-Florestal, no Distrito de Ermera, e (3) o Programa Complementar de Apoio ao Desenvolvimento Rural, tendo como áreas geográficas de intervenção as bacias hidrográficas de Loes e Comoro.

Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Segurança Social e a homóloga Secretaria de Estado timorense.

No que concerne ao apoio a iniciativas da sociedade civil portuguesa, em 2004, no âmbito da 1ª fase de candidatura, foi aprovado o co-financiamento de 161.666,50€ ao projecto da ONGD CIC - Saúde escolar em Baucau – Prevenção e formação em pediatria e estomatologia. Por seu turno, o apoio do IPAD a projectos de ONGD em Timor-Leste cresceu na 2ª fase de candidatura, atingindo o montante total de 455.641,21€ relativo a 5 projectos nas seguintes áreas: Educação, Formação, Reforço Institucional, Luta contra a pobreza e Saúde.

Paralelamente à cooperação bilateral foi prosseguida a cooperação de âmbito multilateral através da Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMISSET), tendo o apoio português incidido no suporte ao Fundo Fiduciário para Timor-Leste (TFET) e ao Programa de Apoio Transitório (TSP) no que se refere ao défice orçamental.

Contudo, no plano multilateral, em 2004, duas iniciativas portuguesas de considerável importância para o desenvolvimento de Timor-Leste foram registadas. A primeira respeitava à transferência do remanescente da contribuição portuguesa para o *Trust Fund* UNTAET, num montante de 1,2MUSD para o projecto do PNUD “Fortalecimento do Sector da Justiça em Timor Leste”⁹, e a segunda, relativa à subscrição de capital da Sociedade Financeira Internacional do (Banco Mundial) por Timor Leste, no valor de 770.000USD, paga por Portugal.

Durante o ano de 2004 ocorreram diversas visitas de Membros do Governo Português a Timor-Leste e a países com os quais interessou explorar e discutir as estratégias de cooperação para o desenvolvimento timorense, salientando-se a visita a Timor-Leste da então Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dra. Manuela Franco, que teve como finalidade a participação na reunião de doadores e a representação do Estado Português nas cerimónias do II Aniversário da Independência timorense.

⁹ Este programa visa o apoio ao sistema judicial timorense, com especial ênfase na capacitação institucional e formação dos recursos humanos. Para o efeito foi assinado entre Portugal e o PNUD, a 5 de Outubro de 2004, um *Cost Sharing Agreement*.

De referir ainda que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal a Timor-Leste totalizou, entre 1999 e 2004, 317.605.145 €, mantendo-se a tendência decrescente iniciada em 2003, em resultado, nomeadamente da diminuição do apoio de Portugal à intervenção das Nações Unidas no terreno e de não ter sido concretizada qualquer contribuição para o Trust Fund do Banco Mundial

	1999	2000	2001	2002	2003	2004*
APD,						
Unidade: €	62.067.503	57.097.824	64.707.703	80.485.352	37.781.235	15.465.528

Valores provisórios

2.3. Análise e Acompanhamento de Projectos

As actividades mais significativas realizadas no ano de 2004, no âmbito da análise e acompanhamento de projectos foram desenvolvidas em torno das seguintes vertentes:

Análise e acompanhamento dos programas e projectos acordados no âmbito dos PAC's entre Portugal, os PALOP e Timor Leste;

Acompanhamento dos projectos, cujos saldos transitaram da ex-APAD, nomeadamente nas linhas “Educação”, “Outros Sectores”, “Multiapoio”, “Infraestruturas”, “Recuperação do Património” e “Saúde”;

Coordenação da Bolsa de Observadores Eleitorais portugueses

A dotação do Orçamento de 2004 do IPAD para projectos de desenvolvimento foi de 19.834.495€ a que acresceu um montante de 40.974.552€ de saldos transitados., Salienta-se que a autorização de transição de saldos foi dada por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 25 de Março, tendo sido integrados no Orçamento do IPAD, em Abril, os saldos de 2003 e, apenas em Julho, os saldos de 2002, o que condicionou a execução dos projectos ao abrigo daquelas verbas.

Procedeu-se à análise e acompanhamento de projectos essencialmente resultantes dos compromissos assumidos no âmbito dos PAC. Da dotação de €19.834.495 do Orçamento de 2004 do IPAD para projectos desenvolvimento, foi feita a análise e apresentadas propostas de cabimentação no valor global de €19.834.45, dos quais €6.700.000 relativos a novos projectos.

Procedeu-se ainda ao acompanhamento técnico e financeiro dos Projectos transitados Com efeito, o Orçamento do IPAD para projectos foi acrescido de um valor de €40.974,552 de saldos transitados de 2002 e de 2003, dos quais foram apresentadas propostas de cabimento na valor de €32.624.075.

Foram ainda emitidos pareceres prévios sobre projectos de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento, nomeadamente da responsabilidade do Ministério da

Segurança Social e do Trabalho, praticamente a única entidade que dá cumprimento à Lei, no que se refere ao quesito de obter previamente o parecer do IPAD para qualquer acção de cooperação.

Salienta-se ainda a morosa concretização dos Despachos Conjuntos relativos aos projectos plurianuais com os inerentes reflexos na implementação dos mesmos.

2.3.1. Principais Projectos

Pela sua importância destacam-se, entre outros, os seguintes Programas/ Projectos que foram objecto de análise e/ou de acompanhamento em 2004, por país e sector, realçando-se que na sua maioria decorrem dos PAC assinados:

-Angola

Educação

Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Luanda –Construção iniciada em finais de 2003 com financiamento assegurado pelo IPAD. O CELP de Luanda terá capacidade para cerca de 1 500 alunos por turno atingindo os 2 000 alunos com o ensino secundário em regime de desdobramento (2 turnos). Esta Escola servirá também como polo de formação de professores. Desde quase o início da obra (princípios de 2004), gerou-se um conflito entre o empreiteiro e o dono de obra (Ministério da Educação) relativo à chamada "Unidade 3" do edifício a construir. Esta Unidade 3 é uma estrutura já existente, estando previsto no projecto a sua reconstrução. No entanto, o empreiteiro veio defender que a mesma deveria ser demolida e construída de raiz. A resolução desta solução só veio a ocorrer em Outubro. Por causa desta situação, a obra teve um atraso muito significativo na sua execução. A solução do empreiteiro implicou um acréscimo nos custos da obra no valor de cerca de 1.200.000€ para o qual foi solicitada a devida autorização por intermédio de despacho conjunto dos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Educação;

Apoio a Acções de formação na Área da Educação O objectivo destas acções de formação é o de preparar formadores e técnicos de diversos departamentos angolanos para as exigências resultantes da nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

Concretamente, formação de formadores em língua portuguesa como língua segunda (ensinos primário e secundário), formação de formadores em técnicas de expressão artística no ensino primário (Artes Plásticas); formação em novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e tecnologias educativas e sua aplicação nas Estatísticas Educacionais, formação em análise e tratamento de dados; formação em Avaliação das aprendizagens e avaliação educacional.

Construção de uma 3ª Escola do Ensino Público Básico Angolano_/Município de Kilamba Kiáxi –Financiamento da construção da escola, com 15 salas de aula, no Município de Kilamba Kiáxi – Camamá, região de Luanda, incluindo 15 salas de aula, secretaria, sala de professores, gabinete do director, gabinete pedagógico, cafeteria, livraria, campo polivalente, arranjos exteriores –fornecimento de mobiliário e equipamento e fiscalização da empreitada;

Foi mantido o apoio e o acompanhamento do **projecto de cooperação universitária** entre a Faculdade de Direito de Coimbra e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto Este projecto tem por objectivo a consolidação do ensino superior e as suas actividades centram-se no apoio à docência com a colocação em permanência de professores e ainda com a aquisição e envio de bibliografia;

Foi também apoiada e acompanhada a implementação do **Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais, em desenvolvimento no Lubango**, pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA);

Apoio a um Mestrado em Direito no Polo do Lubango da Universidade Agostinho Neto de Angola – Este apoio visa a criação de um Curso de Mestrado em Direito no Lubango que possibilite a formação do corpo docente do Núcleo de Direito do Centro Universitário, contribuindo assim para a criação da nova Universidade da Huíla (Universidade do Sul de Angola);

Saúde

Foi cofinanciado e acompanhada a implementação do **“Plano de Intervenção em Áreas Prioritárias no Sector da Saúde em Angola”**, promovido pela Direcção geral de Saúde e co-financiado pelo IPAD nas áreas da Saúde Pública, Microbiologia e Tratamento de Queimados;

Fornecimento de Água e Saneamento Básico

Projecto de Cooperação com a Empresa Pública de Água (EPAL) - Luanda – Projecto que contou com o apoio do IPAD tem como objectivo viabilizar a prestação de assistência técnica às Estações de Tratamento de Água (ETA) de Kifangondo e de Kikuxi e à Instalação e Implementação de um Novo Sistema de Gestão de Clientes por parte da Águas de Portugal (AdP);

Infra estruturas e Serviços Sociais

Foi acompanhada a realização do **Programa de Formação Profissional da Associação Nacional de Empreiteiros e Obras Públicas (ANEOP)** visando a valorização dos recursos humanos angolanos e em particular a inserção no mercado de trabalho dos desmobilizados de guerra;

Energia

No âmbito da implantação de um Parque Industrial em Viana/Angola, continuou a ser acompanhado o **“Projecto de Execução da Ampliação da Rede Colectiva de MT/BT”**, cofinanciado pelo IPAD em parceria com a DGAERI/M.Finanças;

Continuou o acompanhamento do **“Projecto de Assistência Técnica ao Centro de Formação Profissional de Quadros de Electricidade Hoji Ya Henda,”** projecto financiado pelo IPAD e executado por uma empresa portuguesa.

-Cabo-Verde

Educação

Continuou-se a apoiar e a acompanhar a execução física e financeira, conjuntamente com o Ministério da Educação, do **Programa de Apoio ao Ensino**

Secundário, em Cabo Verde (75 professores); cujo objectivo global é o de contribuir para a melhoria qualitativa do ensino e da aprendizagem no Ensino Secundário de Cabo Verde;

Foi acompanhada a execução do **Projecto de Apoio ao Bacharelato em Turismo em Cabo Verde**, intervenção tem como objectivo global a formação de quadros superiores no domínio da Animação Turística, Eco-Turismo e Gestão Turística e que teve financiamento assegurado pelo IPAD;

Curso de Engenharia Rural e Ambiente em Cabo Verde –Foi aprovado o apoio a esta intervenção, cujo objectivo é formar técnicos superiores nas Áreas de Engenharia Rural e da Engenharia do Ambiente, permitindo que Cabo Verde possa responder adequadamente ao programa de acompanhamento da aplicação de Convenções e Tratados no domínio do Ambiente. O Curso conta com a participação de 42 alunos, entre os quais alguns são oriundos de Angola, Moçambique e S.Tomé e Príncipe e é executado pelo ISA.

Saúde

Projecto de Formação de Pessoal e Manutenção de Instalações e Equipamentos de Saúde em Cabo Verde – Intervenção da responsabilidade do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, que tem como objectivo a formação de pessoal técnico e operário a prestar serviço na área da manutenção de equipamentos hospitalares nos domínios da electricidade, electromecânica e electromedicina, bem como prestar assistência técnica na manutenção de equipamentos de electromedicina e electromecânica;

Projecto de Instalação de Equipamento de Tratamento de Resíduos Hospitalares em Cabo Verde – Esta intervenção tem como objectivo apoiar a modernização de instituições de saúde a operar em Cabo-Verde, através da criação de condições técnicas e humanas de tratamento de lixos hospitalares perigosos, criando de duas linhas de incineração de lixos hospitalares perigosos com capacidade para cerca de 2x1,2ton/dia.

Agricultura

Foi apoiada e acompanhada a execução da “**2ª Fase do Projecto de Capacitação Institucional da Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA)**”, com o objectivo de consolidar o trabalho da Agência e alargar a sua participação na gestão da ajuda alimentar.

Infraestruturas e Serviços Sociais

No âmbito da Linha “**Recuperação do Património**” foi concluído o “Projecto de Recuperação da Casa Cor de Rosa”, um edifício histórico localizado no Plateau na cidade da Praia, o qual foi adstrito às actividades do ILP/CPLP e foi considerada concluída a 1ª Fase da Torre de Belém, perspectivando-se a realização de uma 2ª Fase para colmatar lacunas patentes na 1ª fase;

Foi acompanhada a implementação do “**Projecto de Levantamento Aéreo-Fotogramétrico de Cabo Verde**”, com vista à produção de base cartográfica e de ortofotomapas para a totalidade do país, que é desenvolvido na base de um protocolo com a Associação Nacional de Municípios e com financiamento do IPAD;

Governo e Sociedade Civil

Foi acompanhado o Projecto de **Apoio à Implementação da Casa do Cidadão em Cabo Verde**. O objectivo do projecto é apoiar o processo de modernização da administração pública caboverdeana, através do apoio ao estabelecimento de novas formas de articulação com os cidadãos;

-Guiné-Bissau

Educação

Foi dada continuidade ao apoio e acompanhamento do **Programa de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau**, abreviadamente PASEG, que congrega, todas as actividades na área da educação a realizar no âmbito dos Ensinos Básico e Secundário

na Guiné-Bissau, sendo de destacar, de entre essas actividades, a docência da disciplina de Língua Portuguesa por professores portugueses,(11 em 2004) a formação de professores guineenses e a alfabetização de adultos e de jovens não escolarizados. Trata-se de um Programa que é executado pelo Ministério da Educação;

Projecto de Educação no Interior da RGB /FEC_(Fundação Evangelização e Culturais) –Apoiou-se este projecto que tem como principal objectivo a melhoria da qualidade da educação na Guiné-Bissau, em especial nas zonas rurais e em particular nas mais desfavorecidas e isoladas., intervindo essencialmente na sistematização de acções de formação dirigidas a professores, directores, formadores locais, e da elaboração de um Programa de Formação de Professores do Ensino Básico;

Foi mantido o apoio e o acompanhamento do projecto de cooperação universitária entre a **Faculdade de Direito de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau**. Este projecto têm por objectivo a consolidação do ensino superior e as suas actividades centram-se no apoio à docência com a colocação em permanência de quatro professores e ainda com a aquisição e envio de bibliografia.

Saúde

Programa de Intervenção no Hospital Nacional de Simão Mendes, em Bissau – Este apoio foi justificado pela urgência da criação de condições para a sustentabilidade do sector da saúde na Guiné-Bissau e pelo papel do HNSM enquanto hospital de “fim de linha”, para um conjunto de estruturas de saúde espalhadas pelas regiões, incluindo os hospitais regionais. Neste âmbito o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, executor da intervenção, criou sinergias com o projecto de “Formação Pós-Graduada de Médicos” que tem vindo a ser desenvolvido com financiamento do Banco Mundial.

Paralelamente foi garantido o **financiamento relativo à manutenção dos geradores** daquela Unidade Hospitalar e **fornecimento de combustível** necessário ao funcionamento dos mesmos, factor essencial para aquela Unidade Hospitalar na vertente básica do fornecimento de energia e de água potável. O Hospital beneficiou ainda de pequenas obras de beneficiação. A intervenção no HNSM envolveu ainda o apoio a um **Projecto de Prevenção da transmissão Mãe-Filho do Vírus da SIDA** na Maternidade do Hospital;

Foi acompanhada a execução do **“Projecto de Formação Pós-Graduada de Médicos em Bissau”**, da responsabilidade do Instituto de Ciências Bio-Médicas de Abel Salazar e que beneficiou de um cofinanciamento do IPAD.(o outro financiador é o Banco Mundial);

Agricultura

Prosseguiu o acompanhamento do **Projecto “Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo”**, tendo-se apoiado financeiramente, em conjunto com o Ministério da Agricultura, o funcionamento do Centro, as actividades de experimentação e acções de formação dirigidas a agricultores da região. Conforme previsto no Protocolo de Execução promoveu-se a realização de uma avaliação ao Projecto a ser efectuada por uma empresa externa;

Apoio à Campanha Hortícola 2004/05, através do fornecimento de sementes hortícolas e de pequenas alfaias, por forma a permitir o seu êxito e portanto contribuir para a segurança alimentar das populações.

Comunicações

Programa de Intervenção no domínio da Comunicação Social com a Guiné-Bissau –Foi dado apoio a uma intervenção de emergência para a Televisão e Rádio públicas da Guiné-Bissau, de modo a permitir a melhor cobertura possível das eleições antecipadas - da campanha eleitoral e do próprio acto eleitoral em si -, no quadro do Reforço da Democracia, tendo presente que aqueles são os meios de comunicação mais acessíveis à generalidade dos cidadãos da Guiné-Bissau e mais adequados às condições gerais do país.A intervenção teve como objectivo dotar a Televisão e a Rádio da Guiné-Bissau dos meios técnicos suficientes para permitir a cobertura do processo eleitoral na quase totalidade do território. Relativamente à Televisão integrou: i) a substituição do emissor de televisão de Nhacra; ii) o fornecimento de equipamento de reportagem e de estúdio; iii) a assistência técnica para a instalação e reparação de equipamentos. Quanto à Rádio integrou: i) a reparação e instalação de antenas e emissores de rádio, assegurando a cobertura do território a partir de Gabu, Canchungo e Catió; ii) o fornecimento de equipamento de reportagem e de estúdio; iii) a assistência técnica para a instalação e reparação de equipamentos.

Governo e Sociedade Civil

Apoio à realização das Eleições Antecipadas na Guiné-Bissau - Este apoio integrou duas principais vertentes: i) apoio técnico e material ao Recenseamento Eleitoral e ao Escrutínio - impressão e transporte de boletins de voto (cerca de 700.000) e outro material eleitoral necessário ao escrutínio a exemplo do apoio que tinha sido concedido na perspectiva da realização de eleições em 2003 -, com a supervisão técnica do STAPE; ii) observação eleitoral do acto eleitoral; neste contexto foi decidido por despacho de Sexa SENEC o envio de uma MOE de 18 pessoas (10 integrado na missão CPLP e 8 numa missão bilateral), preparada e financiada no quadro do projecto.

-Moçambique

Educação

Conclusão da reconstrução de 29 escolas (107 salas de aula), das províncias de Sofala, Gaza, Inhambane e Manica , acção esta inserida no Programa de Reconstrução Pós –emergência de Moçambique;

Prospecção do relançamento do ensino do Direito em Moçambique através do apoio à docência, colocação de professores assistentes portugueses, no âmbito do Protocolo entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Mondlane;

Saúde

Projecto de Saúde Escolar nas Escolas do Ensino Básico da Província de Sofala – O objectivo é o de promover a saúde na população escolar da Província de Sofala, através de acções de prevenção/sensibilização e controle de atitudes de risco das crianças no ensino primário; e da promoção do acesso das crianças no ensino primário a cuidados curativos básicos;

Projecto de Prestação de Cuidados de Saúde Primários e de Formação de Profissionais de Saúde na Escola de Formação de Chicumbane - Xai-Xai, Intervenção cujo objectivo é melhorar a cobertura assistencial nos Cuidados de Saúde

Primários no Distrito de Xai-Xai e promover o desenvolvimento dos recursos humanos da saúde e a sua valorização;

Agricultura

Programa de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado, programa cofinanciado pelo IPAD que tem como objectivo promover o crescimento económico e o desenvolvimento das comunidades rurais da mencionada região aumentando a segurança alimentar e os rendimentos das populações;

Programa de Reconstrução Pós Emergência de Moçambique – Sector Agricultura e Agropecuária” foi dada continuidade às acções de reconstrução, reabilitação e revitalização do perímetro irrigado do Chokwé;

Fornecimento de Água e Saneamento Básico

Projecto de Abastecimento de água aos pequenos sistemas do bairro de Maxaquene, em Maputo Apoio à construção de um pequeno centro de distribuição e construção de uma nova rede de abastecimento dos fontanários a partir do referido centro de distribuição num dos Bairros mais carenciados de Maputo que têm uma população aproximada de 30.000 habitantes;

Projecto de Infraestrutura de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos do Lumbo, em Moçambique – Tem como objectivo a criação de condições sanitárias de habitabilidade para promover o realojamento no Lumbo da população excedentária da Ilha de Moçambique, Efectivamente, o actual sistema de abastecimento de água à população do Lumbo apresenta diversas deficiências ao nível da captação, armazenamento, tratamento e distribuição;

Protocolo com Moçambique no domínio da Água e Saneamento – Compromisso que decorre da Ajuda Pós-Emergência a Moçambique e integra acções nos domínios de “Reestruturação das Redes de Monitorização de Recursos Hídricos” e de “Segurança de Barragens”;

Governo e Sociedade Civil

Apoio à Revitalização do Arquivo Histórico de Moçambique - Este apoio tem como finalidade obras de recuperação de edifícios de acolhimento e tratamento dos Acervos,

Administração e plataforma de relacionamento com o público. É um projecto co-financiado pelo Instituto Português do Livro e da Biblioteca, integrado na Rede Bibliográfica da Lusofonia.

Programa de Cooperação no domínio da Hidrografia e do Assinalamento Marítimo– envolvendo a assessoria técnica à organização do sistema de cartografia assistida por computador, no âmbito do projecto de extensão da Plataforma Continental de Moçambique, a capacitação de técnicos do INAHINA nos domínios da Hidrografia, Faróis e Oceanografia e o desenvolvimento de publicações náuticas;

Infraestruturas e Serviços Sociais

Projecto de Formação de Estaticistas Moçambicanos: Escola de Verão - Formação intensiva e muito direccionada, 10 cursos, tendo como público-alvo 150 quadros superiores do INE-M, dos seus órgãos delegados e do Banco de Moçambique.

-S. Tomé e Príncipe

Educação

Projecto de Apoio aos Ensinos Básico e Secundário, Visa suprir uma das lacunas do sistema de ensino santomense, falta de professores qualificados, através da contratação de professores portugueses (12) que reforçam o corpo docente local; assegurando a leccionação de disciplinas em que há carência de docentes santomenses do mesmo nível de ensino;

Manteve-se o **Apoio ao Instituto Diocesano de Formação**, única instituição que em S. Tomé e Príncipe lecciona o 12º ano, possibilitando a preparação para o ingresso no ensino superior, evitando-se uma deslocação prematura para fora do país dos alunos que pretendam prosseguir os seus estudos. A intervenção no IDF tem como principal objectivo proporcionar um ensino de referência e apoiar a docência do 12º ano, até que estejam criadas as condições para tal a nível do sistema de ensino público. A instituição conta com cerca de 300 alunos e um corpo docente de, aproximadamente, 40 professores (85% dos quais contratados localmente);

Saúde

Projecto “Centro Hospitalar de STP” - O projecto do “Centro Hospitalar de STP”, tem como objectivo o apoio à actividade assistencial, integrando nomeadamente: i) apoio à Direcção Clínica do CHSTP, ao Serviço de Medicina Interna e ao processo gestor; ii) missões médicas especializadas de curta-duração; iii) aquisição e manutenção de equipamentos e formação dos técnicos responsáveis; iv) aquisição de medicamentos e consumíveis; v) formação de técnicos em STP e Portugal; vi) evacuações sanitárias. Em 2004, foi colocado em S. Tomé um doutorado em medicina tropical que assegurou as valências de apoio à gestão e de apoio ao serviço de medicina interna. O clínico assegurou ainda, por ser sua a especialidade, apoio na área da gastroenterologia. A intervenção integrou também o fornecimento de medicamentos e reagentes e a realização de missões de curta-duração;

No quadro do **Projecto Tripartido Port./EUA/STP de Controlo da Malária**, e após a publicação do Despacho Conjunto de enquadramento do financiamento plurianual do mesmo, tem vindo a ser acompanhada a respectiva execução, nomeadamente na vertente de Investigação. Neste quadro foi ainda assegurada a participação nas reuniões no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa Portugal/EUA, nomeadamente nas Reuniões da Comissão Bilateral e nas reuniões da Sub-Comissão Científica e a preparação dos necessários documentos de enquadramento.

Governo e Sociedade Civil

Apoio à constituição da Associação Nacional das Autarquias Locais e Regionais de S. Tomé e Príncipe – Envolveu assessoria ao processo legal inerente e formação de quadros;

Infraestruturas e Serviços Sociais

Foi acompanhada a implementação dos **“Cursos de Formação dirigidos a funcionários da Administração Local e Eleitos Locais”** em co-financiamento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Energia

Projecto de Produção e Distribuição de Energia Eléctrica da Ilha do Príncipe.

Este Projecto foi concluído em 2004, tendo sido financiado pelo IPAD e executado pela Câmara Municipal de Oeiras. É um projecto de real importância para a Ilha, pois veio dotá-la de uma infraestrutura básica ao seu desenvolvimento sócio-económico;

-Timor Leste

Educação

Escola Portuguesa de Díli –Apoio financeiro à 2ª Fase – envolvendo obras no Pavilhão para criar as condições para a leccionação do 6º ano e aquisição de mobiliário necessários ao seu apetrechamento;

Programa de Cooperação no Sector da Educação em Timor-Leste O Programa abrange a intervenção portuguesa ao nível dos ensinos básico, pré-secundário e secundário em Timor-Leste, tem como **objectivos** principais: *i)* a continuação do Apoio à Reconstrução do Sistema Educativo de Timor-Leste - centrando-se a actuação com principal incidência na Política Educacional e na Gestão Administrativa; *ii)* o Desenvolvimento do Domínio da Língua Portuguesa, passando nomeadamente pela leccionação da disciplina de Língua Portuguesa como língua veicular e pela formação de professores;

Programa de Cooperação CRUP/FUP com a Universidade de Timor Leste (UNTL) Procura dar resposta às necessidades identificadas pelo Governo timorense na área do Ensino Superior através do apoio à criação e administração de cursos superiores em Timor-Leste (Engenharia Electrotécnica, Engenharia Informática, Ciências Agrárias e Formação de Professores de Português), tendo como objectivo contribuir, de forma determinante, para a existência de um ensino superior de qualidade em Timor-Leste. Estes cursos têm a duração de 3 anos mais um de estágio, conferindo o grau de bacharelato, com excepção do Curso de Ciências Agrárias, que tem uma duração de 4 anos lectivos e que confere directamente o grau de licenciatura.

Agricultura

Prosseguiu o acompanhamento do **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Timor Leste (PADRTL)** para o período 2003-2006, tendo-se apoiado as diversas actividades desenvolvidas nos dois Centros que suportam a execução do Programa – em Aileu e Ermera, assim como as actividades junto das comunidades rurais. Foram também preparados, em articulação com o M. Agricultura de Portugal e o M. Agricultura de Timor Leste, os termos da institucionalização do Programa, assim como a definição dos termos em que o mesmo se desenvolverá no futuro.

Abastecimento de Água e Saneamento Básico

Projecto de Formação dos técnicos do Serviço de Água e Saneamento – SAS de Timor Leste - O objectivo foi dotar o SAS duma equipa de técnicos experientes nas operações básicas dos sistemas de fornecimento de água e de saneamento, bem como uma equipa de quadros com os necessários conhecimentos em gestão e planeamento da Instituição. Esta acção, estruturada em 14 cursos, teve como objectivos específicos a formação dos técnicos e quadros quer dos Serviços Centrais, quer dos 12 distritos de Timor Leste, num total de 208, nas varias áreas de actividade do SAS;

Projecto de Construção do Aqueduto de Ataúro Zona Leste/Timor Leste - O objectivo é o de abastecer de água potável a população da costa sul e da costa leste – num universo de cerca de 4.000 habitantes. Existem apenas duas nascentes de água em Ataúro, nas montanhas a sul da ilha;

Foi mantido o financiamento da actividade do **Grupo de Estudos para a Reconstrução de Timor Leste (GERTIL)**. Foi acompanhada a execução dos seguintes trabalhos: Ordenamento do Território de Timor Leste (composto por um Plano Estratégico, um Programa da Política de Ordenamento do Território, Planos Sectoriais com Incidência Territorial e Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território ou Planos Directores Municipais); a criação de um Gabinete de Apoio Técnico Local (GATL) e de uma base de dados geográfica (SIG) em Timor-Leste. O GERTIL desenvolveu outras acções consideradas necessárias para a reconstrução de Timor-Leste, designadamente no âmbito da consultoria, da elaboração e

acompanhamento de projectos de arquitectura e urbanismo, bem como na área do ensino e formação;

Governo e Sociedade Civil

Apoio à realização das Eleições Locais em Timor Leste –Produção e edição do material eleitoral necessário à realização das eleições;

Transporte e Armazenamento

Apoio ao Aeroporto de Díli –Projecto aprovado, cujo objectivo é promover a melhoria das condições de segurança e de funcionamento do Aeroporto de Dili, consolidando e aprofundando a formação, prática e teórica, dos Controladores Aéreos e Oficiais de Operações Aeroportuárias e supervisionar e assegurar o regular funcionamento, operacional e organizacional, do Departamento de Operações Aeroportuárias do Aeroporto;

Multisectorial/Transversal

Projecto de Proto-Industrialização da Carpintaria de Baucau, em Timor Leste. Destinado à implementação de um modelo proto-industrial aplicado à produção de mobiliário escolar nas oficinas de carpintaria da Diocese de Baucau/Fundação de S. José, tendo como objectivos específicos: i) a implementação de um modelo proto-industrial, adequado às condições existentes no terreno em termos de infraestruturas e de tecnologia; ii) a produção de mobiliário escolar; iii) a formação da mão-de-obra, operários e chefias, para um modelo de produção em série, proto-industrial; iv) o apoio à definição e implementação de uma política comercial e respectiva infraestruturas; v) o design de mobiliário adequado e de qualidade, em conformidade com os *standards* da UNESCO. Trata-se de uma intervenção que contou também com um co-financiamento da USAID;

Apoio ao Centro de Ensino a Distância de Dili – O CED-Dili insere-se numa rede alargada de centros similares, designada por “Global Development Learning Network” que tem por objectivo implementação de programas de ensino à distância destinados a disseminar o conhecimento e assim promover a qualificação dos recursos

humanos. A rede abrange actualmente 69 centros de ensino a distância em todo mundo, estando prevista a instalação de 48 novos centros até meados de 2005;

-PIR-PALOP

Foi dada continuidade ao trabalho de articulação entre as entidades portuguesas envolvidas na execução dos três projectos já aprovados e os Serviços da Comissão. No quadro do Programa Indicativo Regional PIR-PALOPII, assinado em 1997, estão em execução os “Projecto de Apoio aos Sistemas Judiciários” com co-financiamento da Cooperação Portuguesa de €1.100.000 (um milhão e cem mil euros), o “Projecto de Reforço da Capacidade da Administração Pública”, com o co-financiamento de €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros) e o “Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP”, cujo apoio da Cooperação Portuguesa é consubstanciado num Projecto Complementar português. O Projecto Complementar, no valor de €500.000,00, para 4 anos, foi aprovado no decurso de 2004, estando os seus objectivos centrados sobre a aplicação de metodologias comuns e internacionalmente aceites entre os INE’s dos PALOP, envolvendo as áreas do Apoio Institucional, das Estatísticas Anuais e de Curto Prazo das Empresas e das Contas Nacionais. O Projecto a ser executado pelo INE-Portugal, teve o seu arranque em Setembro de 2002, prevendo-se que venha a estar concluído até 2007. Sendo uma intervenção de cariz plurianual, foi sujeito a Despacho Conjunto, processo que demorou e que dificultou o início do projecto.

-Projectos Comuns aos PLOP

Foram apoiados e acompanhada a execução dos **Planos Anuais de Cooperação com os PALOP e Timor Leste no domínio da Justiça**, abrangendo formação em exercício de quadros e dirigentes, o reforço institucional e o apoio a reformas legislativas.

Foi ainda acompanhada a execução dos **Planos Anuais de Actividades da Rede de Mediatecas**, rede que resulta de um Protocolo que a ex-APAD e o GRUPO CGD –

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS assinaram em 2001-04-01, no âmbito do qual se comprometeram a colaborar na criação de uma rede de Mediatecas - constituídas por bibliotecas informatizadas e multimédia – com o objectivo fundamental de proporcionar a consulta de uma vasta gama de serviços e suportes de informação (nomeadamente a Internet), nos países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP e Timor-Leste), prioritariamente onde o Grupo CGD opera e que sejam beneficiários da cooperação portuguesa e onde, de uma forma efectiva, se possa divulgar o mais possível a Língua Portuguesa.

Procedeu-se ainda à análise e regularização de despesas efectuadas pela LUSA no âmbito de acções de cooperação com alguns PALOP. Trata-se de despesas relativas aos anos de 2001, 2002 e 2003 para pagamento de fornecimento de serviços de satélites e de serviços noticiosos às Agências noticiosas de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.

Projecto Estudo do Mercado da Língua Portuguesa - cujo apoio decorreu da necessidade de dispor de um instrumento de trabalho que permita racionalizar o planeamento, a execução e a avaliação das actividades destinadas a concretizar a política de consolidação, expansão e difusão da língua portuguesa com o objectivo último de colocar tal instrumento também ao serviço da CPLP.

-Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

No âmbito da CPLP continuaram a ser desenvolvidos os contactos necessários com diversos Ministérios sectoriais com projectos em curso ou em fase de análise/preparação, com vista à elaboração de documentação para as reuniões de Chefes de Estado, Ministros e dos Pontos Focais;

Prosseguiu ainda o acompanhamento dos projectos em curso no quadro da CPLP, nomeadamente do **Projecto de Formação de Recursos Humanos em Saúde**.

Projecto na área do Combate ao HIV/SIDA no âmbito dos Países da CPLP – Envolve o financiamento de campanhas publicitárias de sensibilização da sociedade no conjunto dos países.

2.3.2 Outras Actividades

Foi assegurada a gestão da bolsa de observadores eleitorais portugueses e mantida a articulação com a DGPE-MNE para a selecção de candidatos para missões de Supervisão/Observação Eleitoral, tanto no âmbito da União Europeia (UE) como no quadro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). A realização de Missões de Observação Eleitoral (MOE's) é uma das actividades que integram a Política da UE de Promoção da Democracia, a par do apoio à Sociedade Civil e da assistência técnica às instituições relacionadas com o processo eleitoral nos países beneficiários. Portugal tem integrado, tanto no quadro comunitário como no âmbito da OSCE, missões de observação eleitoral, existindo no IPAD uma base de dados de observadores portugueses ao abrigo da qual é feita a selecção de candidatos a enviar àquelas instâncias internacionais.

Neste âmbito, salienta-se em 2004 a organização e financiamento pelo IPAD de uma missão bilateral de Observação Eleitoral às Eleições antecipadas na Guiné-Bissau, missão que integrou cerca de 20 elementos e se enquadrava na Missão CPLP. No quadro da União Europeia participou-se nos processos de selecção das seguintes Missões de Observação Eleitoral a Eleições Presidenciais, Legislativas e Locais: Indonésia; Malawi; e Moçambique. Foi feita também a preparação de uma Missão Especial realizada no contexto da UE às eleições no Afeganistão. Promoveu-se ainda a selecção de um Observador português para participar numa acção de formação de observadores patrocinada pela Comissão Europeia e da responsabilidade do NEEDS (Rede Europeia para apoio ao Desenvolvimento de Processos Eleitorais, criado conjuntamente pela CE e pelo MNE da Finlândia).

Foi assegurada também a participação nas Reuniões de Peritos da União Europeia sobre Questões de Saúde, SIDA e Desenvolvimento, tendo os trabalhos incidido na análise das seguintes questões: i) Programa de Acção da CE sobre HIV/SIDA, Tuberculose e Malária no contexto da redução da pobreza; ii) seguimento da Agenda Cairo+10 relativa à Saúde Sexual e Reprodutiva; iii) Novos fundos – IFF e GAVI.

Participou-se também nos trabalhos do Grupo Informal de Peritos relativo à Facilidade da Água ACP-UE, Fundo FED criado para catalisar financiamento adicional e incentivar a cooperação regional e sub-regional sobre questões relativas à gestão da água, usando a abordagem integrada de gestão dos recursos hídricos. Com efeito, na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), realizada em Joanesburgo em 2002, a UE lançou uma Iniciativa “Água” para contribuir para a realização das metas relativas aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e da CMDS quanto à água potável e ao saneamento, no contexto de uma abordagem integrada da gestão dos recursos hídricos. Os elementos-chave da Iniciativa são: i) reforçar o empenhamento político na acção e elevar o perfil das questões da água e saneamento no contexto dos esforços para a redução da pobreza; ii) promover acordos para um melhor governação da água, melhorar a coordenação e a cooperação da forma como são desenvolvidas e executadas as intervenções relacionadas com a água; iii) e incentivar a cooperação regional e sub-regional. Para operacionalizar a Facilidade para a Água foi autorizado pelo Conselho um 1º financiamento no valor de 250 Meuros, para cuja utilização foi lançado em 11 Novembro de 2004 o primeiro concurso para apresentação de propostas.

2.4. Bolsas

2.4.1. Bolseiros dos PALOP em Portugal

O enquadramento legal deste tipo de intervenção é feito ao abrigo dos diversos Acordos de Cooperação Bilaterais subscritos com cada um dos PALOP e pelo Despacho conjunto MNE/ME de 18.05.1995 (DR n° 115, de 18.Maio.95).

-Ensino Público/Privado

Critérios para atribuição de bolsa

Anualmente solicitam-se às autoridades dos PALOP, através das nossas Embaixadas, a indicação das prioridades de formação para o ano seguinte, bem como o nível de ensino pretendido, privilegiando os níveis de doutoramento, mestrado e licenciatura. É igualmente pedida a pré-selecção de candidatos a bolseiros, tendo em vista a posterior selecção a efectuar pelas autoridades portuguesas, face aos critérios de selecção indicados pelo país e à disponibilidade de vagas nos estabelecimentos de ensino portugueses.

Bolsa e Componentes

O montante da bolsa mensal, foi estipulado para o ano civil de 2004, com base numa actualização de 2% dos valores praticados no ano anterior, contemplando todos os níveis: parcelas para a manutenção do estudante; subsídio de instalação para os que têm bolsa pela 1ª vez; e subsídio de propinas que, no caso do nível de licenciatura (no ensino superior oficial) é liquidado na totalidade; e, ainda a nível de licenciatura, o subsídio mensal de alojamento (ou, em alternativa, a concessão de alojamento em residência académica, a pedido do estudante e quando existe vaga) e um subsídio de material didáctico.

N.º de Bolseiros dos PALOP em Formação

O ponto de situação - contingente de novas bolsas e renovações - ao abrigo do Despacho conjunto de 18 de Maio de 1995, reportando a 30.Dezembro.04 foi o seguinte:

País	Bolsas em Portugal							TOTAL
	Secundário	Licenciaturas		Mestrados		Doutoramentos		
		Ren.	Novas	Ren.	Novas	Ren.	Novas	
Angola	-	40	2	5	-	2	-	49
Cabo Verde	-	104	20	15	10	1	-	150
Guiné-Bissau	3	63	2	11	6	3	2	90
Moçambique	-	69	2	12	3	2	1	89
S. Tomé e Príncipe	-	39	-	1	2	1	2	45
Timor - Leste *	-	12	-	-	-	-	-	12
TOTAL	3	353		65		14		435

-Ensino Diplomático

Anualmente o Instituto Diplomático tem vindo a promover um curso para Diplomatas oriundos dos PALOP e de Timor - Leste.

Até 2003 este curso tinha a duração de um ano lectivo e desde então passou a ter um formato mais curto, com a duração de 4 semanas.

Decorreu, no período de 27 SET 04 a 22 OUT 04, a 2ª edição do Curso Intensivo para Diplomatas, que contou com a presença de 13 Diplomatas (4 de Angola, 4 de Moçambique, 2 da Guiné-Bissau, 1 de S. Tomé e Príncipe e 2 de Timor-Leste). Este curso contou com o apoio financeiro do IPAD, tendo sido organizado pelo Instituto Diplomático do MNE.

-Ensino Militar (CTM)

Em função de programas de cooperação estabelecidos com cada um dos Países de Língua Oficial Portuguesa, o Ministério da Defesa (através dos 3 Ramos das Forças Armadas), de acordo com uma verba que o IPAD disponibiliza, anualmente, atribui

vagas para formação em estabelecimentos de ensino militar a militares e jovens dos PALOP.

A verba destinada a esta rubrica foi orçamentada em 624.000€ tendo sido é mensalmente transferida para os diversos Ramos, de acordo com documentos de despesa enviados pela Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, órgão coordenador deste tipo de cooperação.

Em 2004 frequentaram cursos/ estágios nos estabelecimentos de ensino militar um total de 177 militares e jovens dos PALOP, conforme se discrimina:

País	Exército		Marinha	Força Aérea	Idn	TOTAL
	Unidades	Colégios (ens. sec.)				
Angola	13	19	8	18	1	59
Cabo verde	15	-	15	2	1	33
Guiné-Bissau	6	2	4	1	-	13
Moçambique	15	15	18	10	1	59
S. Tomé e Príncipe	10	1	2	-	-	13
TOTAL	96	47	47	31	3	177

-Ensino Policial (Segurança Interna)

Este tipo de formação ocorre na Escola Superior de Polícia. No ano lectivo 2003/2004 encontravam-se em formação 15 bolseiros, dos quais 7 de Cabo Verde e 8 de S. Tomé e Príncipe. Neste projecto o IPAD paga mensalmente aos bolseiros uma bolsa no valor de 122 € tendo sido estipulado pelo IPAD, para o ano económico, um tecto financeiro no valor 40.000€

-Acompanhamento e Gestão de Outros Projectos

Para além da atribuição/gestão das bolsas concedidas pelo Estado Português, através do IPAD, o Instituto coordena/gera os seguintes projectos:

Bolsas na área da Estatística (ISEGI) ao abrigo do projecto COMSTAT, financiadas pela CE e geridas pelo IPAD. Contam-se 8 bolseiros - 2 de Angola, 1 de Cabo Verde, 2 da Guiné-Bissau, 2 de Moçambique e 1 de S. Tomé e Príncipe;

Bolsas oferecidas pelo Luxemburgo a S. Tomé e Príncipe (Acordo Tripartido), financiadas pelo Luxemburgo e geridas pelo IPAD. Encontravam-se 7 bolseiros em formação em que 1 deles frequentava o ensino superior privado;

Bolsas financiadas pela CE oferecidas a Angola e geridas pelo IPAD. Inicialmente direccionavam-se exclusivamente para formação na área das Pescas e destinavam-se a funcionários do Ministério das Pescas de Angola. Frequentavam o ensino superior público 24 bolseiros em áreas diversificadas.

2.4.2. Bolseiros Timorenses em Portugal

Ao abrigo do Despacho Conjunto nº 901/2001, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação, de 2 de Outubro, e com vista a proporcionar a formação e qualificação de quadros timorenses, o Governo português disponibilizou o seu apoio através da concessão de 350 bolsas de estudo, para a frequência de cursos do Ensino Superior e de Escolas Profissionais, em Portugal, no ano de 2001.

Estes bolseiros têm tido ao longo deste tempo um tratamento privilegiado, face aos restantes bolseiros da Cooperação Portuguesa, a saber:

existência do Núcleo de Atendimento ao Bolseiro timorense – estrutura financiada na totalidade pelo IPAD, a funcionar na Embaixada de Timor-Leste em Lisboa, com dois funcionários que têm vindo a dar um apoio permanente

passagens aéreas de vinda e regresso ao país suportadas pelo IPAD;

alojamentos em casas particulares, face à inexistência de residências para bolseiros do ensino técnico-profissional, cujo pagamento é suportado integralmente pelo IPAD;

possibilidade de duas reprovações intercaladas para os cursos de licenciatura;

pagamento da bolsa até ao mês em que a viagem tem lugar;

Face às enormes dificuldades de adaptação, nomeadamente no conhecimento da língua portuguesa e que, em muitos casos, se reflectiu na falta de aproveitamento durante dois anos consecutivos, foi concedida a hipótese, a 71 bolsiros timorenses de ingressarem no Ensino Técnico-Profissional para evitar que regressassem ao seu país sem tirar qualquer fruto desta oportunidade. Tal processo encontra-se regulamentado pelo Despacho Conjunto nº 135/2004, de 29 de Janeiro, produzindo efeitos para as admissões ao ensino profissional no ano lectivo de 2003-2004.

No final do 2º semestre beneficiavam do Programa de Bolsas um total de 165 estudantes timorenses, dos quais 102 frequentavam o Ensino Superior e Politécnico e 63 estavam colocados no Ensino Técnico - Profissional.

2.4.3. Bolsiros não Lusófonos em Portugal

Para além dos contingentes de bolsiros dos PALOP e Timor-Leste abrangidos por legislação específica, existem bolsiros de outros países cuja vinda para Portugal e atribuição de bolsa de estudo se deve a factores meramente políticos, sendo a estada académica e respectivas bolsas regidas por extensão e analogia ao Despacho Conjunto de 18.Maio.95, a saber:

9 bolsiros da Palestina (ensino superior);

5 bolsiros da Guiné Equatorial (2 encontravam-se no ensino superior público e 3 no ensino superior privado).

2.4.4. Formação Local – Bolsas Internas

Este projecto visa privilegiar bolsas no terreno e gradualmente diminuir o número de bolsas de estudo em Portugal e tem por objectivo conceder bolsas de estudo a:

Estudantes do ensino secundário que pretendam prosseguir estudos universitários em áreas científicas não ministradas localmente com vista ao seu ingresso no ensino superior português, sendo dada preferência a alunos em anos terminais (10º, 11º e 12º anos);

Estudantes que pretendam obter grau de licenciatura ou bacharelato em estabelecimentos de ensino superior existentes localmente e em cursos considerados prioritários, pelas autoridades locais, na luta pelo desenvolvimento.

Neste âmbito foram elaborados, embora com pressupostos gerais, Regulamentos específicos para cada um dos países. Para o efeito, foi solicitada a colaboração das n/Embaixadas no terreno para que fossem feitos ajustes considerados adequados às respectivas realidades locais.

No ano lectivo 2004/ 2005 foram atribuídas as seguintes bolsas de estudo:

País	N.º Bolsas Atribuídas	N.º Bolsas em Utilização
Angola	30	30
Cabo Verde	20	19
Guiné-Bissau	60	37
Moçambique	10	2
S.Tomé e Príncipe	60	52
Timor-Leste	10	10
TOTAL	190	150

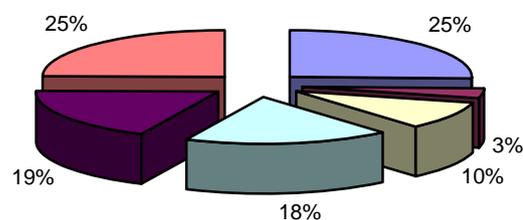
2.5. Sociedade Civil e Ajuda Humanitária

O apoio à sociedade civil e a prestação de ajuda humanitária de emergência constitui um eixo fundamental da Cooperação Portuguesa, estruturado nas duas grandes áreas de competência– apoio à sociedade civil e ajuda humanitária.

2.5.1. Sociedade Civil

Estimular uma maior participação na sociedade civil e criar as respectivas condições de enquadramento constituiu o objectivo primeiro do apoio do IPAD à sociedade civil em 2004. O dinamismo e a crescente participação destas organizações, reflectiu-se no número de projectos apresentados (148), em 2004, num montante global que excedeu em larga medida a verba inscrita no orçamento do IPAD para o apoio a ONGD. Verificou-se um reforço do orçamento na ordem dos 15%, que se traduziu no apoio financeiro a 46 projectos, apresentados por 24 ONGD, no valor de 3.300.735,87 euros.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO CO-FINANCIAMENTO 2004



■ Angola ■ Cabo Verde ■ São Tomé e Príncipe ■ Guiné-Bissau ■ Timor Leste ■ Moçambique

Em 2004, subsistiram as condicionantes resultantes da alteração das modalidades do financiamento do IPAD em relação ao anteriormente praticado. Com efeito, até 2002, os financiamentos às ONGD eram atribuídos a título de subsídio, tendo, a partir de Outubro de 2003, sido decidido que o desembolso dos apoios concedidos apenas poderia ser efectuado mediante a apresentação de originais comprovativos de despesa ou, no caso de adiantamento, mediante garantia bancária, situação que provocou forte contestação por parte das ONGD.

Para procurar ultrapassar de algum modo esta situação, foi publicado, em 13 de Janeiro, o Decreto-Lei nº13/2004 que introduziu uma alteração à Lei Orgânica do IPAD, permitindo que 25% do financiamento pudesse ser efectuado sob a forma de adiantamento. A Plataforma Portuguesa das ONGD manteve uma forte oposição a esta modalidade de concretização do apoio do IPAD.

O Parecer n.º 14/2004 da Procuradoria-Geral da República, solicitado por sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em Janeiro de 2004, põe em evidência a importância das ONGD na Política de Cooperação Portuguesa e a relevância da consagração do modelo de cofinanciamento. O documento refere, nas suas conclusões, que o regime especial de financiamento consagrado pelo Decreto-Lei n.º 13/2004, de 13 de Janeiro, não obstante não estar em sintonia com os procedimentos habituais de concessão de subsídios, sendo mais próximo do regime de aquisição de bens e serviços, previsto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, se encontra em vigor e é aplicável aos projectos em curso. Por fim, considera-se que, não obstante a “especial natureza e teleologia do co-financiamento, através da concessão de subsídios não reembolsáveis” obstar à aplicação analógica do regime jurídico da aquisição de bens e serviços, previsto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o certo é que o legislador, com o Decreto-Lei n.º 13/2004, consagrou para o financiamento das ONGD um regime similar ao previsto naquele primeiro diploma. Um regime especial contrário ao procedimento normal de concessão de subsídios e, por isso mesmo, susceptível de pôr em causa o próprio co-financiamento das ONGD.

Fora da questão acima referida, foi mantido o diálogo com a Plataforma Portuguesa das ONGD, no quadro do protocolo assinado, o qual se revelou da maior importância para o debate e clarificação de questões de interesse para estas organizações, tais como: Estatuto do cooperante; Lei de registo das ONGD; Estatuto do mecenato; Regras de projectos de emergência; Adaptação das regras de projectos de desenvolvimento; e Projectos de Educação para o Desenvolvimento.

Ainda no âmbito de apoio à sociedade civil, foram financiadas acções de outras entidades que não ONGD, consideradas prioritárias para os objectivos da Cooperação e

Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa. Foi iniciada a definição de um enquadramento quanto ao orçamento e entidades elegíveis.

No quadro da parceria com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi prestado apoio ao desenvolvimento de inúmeras acções relativas ao transporte de bens oferecidos por diversas Autarquias, para os PALOP e Timor - Leste.

2.5.2 Ajuda Humanitária

As acções de **ajuda humanitária** desenvolvidas, coordenadas e financiadas pelo IPAD em 2004, destinaram-se ao apoio imediato a situações de catástrofe e à assistência pontual a projectos bilaterais e programas multilaterais, a seguir identificados:

Angola:

No âmbito do Apelo das Nações Unidas para Angola foi disponibilizada uma verba de 803.000,00€ destinada a apoiar projectos do Programa Alimentar Mundial, da Organização Mundial de Saúde, da UNICEF, e também da ONGD portuguesa OIKOS. Foram enviados para a Cáritas Diocesana de Angola cobertores, num valor de cerca de 16.360,00€

Cabo Verde:

Na sequência das cheias que assolaram o Arquipélago de Cabo Verde, e a Cidade do Mindelo em particular, foi atribuído um montante de 5.000,00€ à Câmara Municipal de S.Vicente para fazer face aos estragos provocados por aquelas cheias.

Foi disponibilizada uma aeronave Hércules C-130 da Força Aérea Portuguesa para o abastecimento de duas aeronaves utilizadas na pulverização de insecticida nas ilhas mais afectadas pela praga de gafanhotos, numa acção estimada em €64.272.

Guiné Bissau:

Em resposta ao Apelo das Nações Unidas foi atribuído um montante de 200.000,00€ para a UNICEF para o financiamento de um Programa de cuidados básicos de saúde nas regiões de Bafatá, Gabu, Oio, Cacheu/São Domingos e Tombali.

Foi disponibilizado equipamento médico para o reequipamento do Hospital Militar, num valor de cerca de €8.707,08

Moçambique:

No âmbito do combate à epidemia de cólera, ocorrida em finais de Janeiro, foi disponibilizada uma verba de €8.089,96 para a compra de material destinado ao Centro de Tratamento de Cólera de Quelimane, Província da Zambézia.

No âmbito do Apelo das Nações Unidas para a África Austral foi ainda atribuído um montante de €250.000,00 para o apoio a dois projectos da UNICEF neste país, relativos a um programa de resposta de emergência à seca e ao HIV/ Sida, e ainda um programa de educação multisectorial para raparigas.

A Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas) recebeu um apoio de €150.000 para o financiamento de um projecto para a construção de um centro de acolhimento para meninas órfãs em Inharrime.

Marrocos:

Na sequência do terramoto que no final de 2003 atingiu a região de Al Hoceima e no seguimento da ajuda humanitária prestada pelo IPAD nessa oportunidade foi dado um apoio para as vítimas do terramoto, no valor de 24.004,00€

Sudão:

Em resposta ao Apelo das Nações Unidas para a crise humanitária que se faz ainda sentir na região de Darfur, no Sudão, foi consignado o montante de 250.000€ para assistência humanitária em favor das populações afectadas. Também para esta região foi cofinanciado um projecto da AMI num valor de 10.000€

Cuba:

Na sequência da devastação que a passagem dos furacões Charley e Ivan provocou em Cuba, foi financiado um projecto da OIKOS para a reabilitação de habitações naquela ilha, num valor de 81.826,36€

Sudeste Asiático

Na sequência do terramoto que no dia 26 de Dezembro se registou a norte da Ilha de Sumatra na Indonésia, e do tsunami que se seguiu e que afectou diversos países do Oceano Índico foram preparadas e desenvolvidas operações de ajuda humanitária de emergência, com destino ao Sudeste Asiático, nomeadamente para o Sri Lanka e Indonésia. A primeira das operações foi efectivada em 29 de Dezembro, numa acção planeada e coordenada pelo IPAD, através do envio de uma aeronave que transportou uma equipa de pessoal médico e auxiliar das ONGD's "Médicos do Mundo" e "Saúde em Português". Foram ainda enviadas 11,9 toneladas de carga, compostas por medicamentos, tendas, kits de higiene, esteiras, lençóis e cobertores. A oferta destes bens e o carregamento dos mesmos teve ainda a colaboração da Caritas e do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

Foi ainda concedido um apoio de 20.000€ à AMI para o frete de uma outra aeronave para o mesmo destino.

Esta primeira acção que inclui o frete da aeronave e todos os custos decorrentes deste transporte, bem como o apoio aos projectos de ajuda de emergência das ONGD's "Médicos do Mundo", "Saúde em Português" e "AMI", foi avaliada em 577.031,58€

2.5.3 Outras Actividades

Encontro Internacional de Boas Práticas Humanitárias

A iniciativa de Boas Práticas Humanitárias (GHD) mereceu o envolvimento do IPAD, através da participação no 2º Encontro deste Fórum, que teve lugar no Canadá, em Outubro.

Educação para o Desenvolvimento

O IPAD integrou o Grupo GENE – Global Education Network Europe, promovido pelo Centro Norte-Sul, do Conselho da Europa, tendo participado na 5ª e 6ª Mesa Redonda, realizadas em Salzburg e Lisboa, respectivamente.

União Europeia

Foi ainda assegurada a participação e o acompanhamento dos trabalhos do Comité de Ajuda Humanitária do ECHO. Este Comité reúne mensalmente em Bruxelas com o objectivo de analisar e aprovar as políticas e decisões do ECHO, relativas à ajuda de emergência e apoio às vítimas de desastres naturais ou de conflitos armados fora da União Europeia.

Foi, do mesmo modo, assegurado o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à sociedade civil, através da participação no Comité de Co-financiamento das ONGD, visando a defesa das preocupações e das necessidades das ONGD portuguesas, por forma a facilitar não só o seu acesso a fundos europeus, mas também reforçar a ligação às Instituições europeias.

2.6.Cooperantes

Ao longo do ano 2004 deu-se continuidade ao acompanhamento e apoio das actividades dos cooperantes, assegurando a tramitação de todas as vertentes relativas aos direitos daqueles que já se encontravam em desempenho de funções, designadamente dos procedimentos referentes a vencimentos, complementos de remuneração, pagamentos de rendas, subsídios de embarque, duodécimos de férias e de Natal, reembolsos, despesas médicas e contagem de tempo de serviço. Foi também feito o enquadramento de novos agentes da cooperação nos programas e projectos contemplados nos PAC, o que se traduziu na instrução e acompanhamento dos processos dos candidatos a agentes da cooperação, na elaboração e celebração dos respectivos contratos e na articulação com os seus serviços de origem. A definição de procedimentos de carácter fiscal, no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais, bem como de questões referentes à Segurança Social, direitos e obrigações e, ainda, a inclusão em contratos de seguro, dos contratados como agentes, foram igualmente acções desenvolvidas.

A fim de promover uma eficiente e oportuna intervenção, desenvolveram-se regulares contactos com o pessoal que, junto das Representações Diplomáticas portuguesas, articula as actividades da Cooperação Portuguesa com as autoridades locais, bem como com organizações de cooperação. Paralelamente, foi constante a articulação com representantes da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI) do Ministério da Educação, instituições cujos projectos envolvem um grande número de agentes da cooperação.

Acresce referir que o ano de 2004 foi marcado pela publicação da Lei 13/2004 de 14 de Abril, legislação que veio revogar os Decretos Leis nº 363/85 e nº 10/2000, quadros normativos que eram enquadradores da actuação dos agentes da cooperação. A nova legislação veio adequar à actual realidade a relação do Agente com o Estado Português e harmonizar, num único estatuto, os várias regimes existentes para contratação de agentes para os PALOP e Timor Leste. Este novo diploma veio ainda possibilitar o alargamento do estatuto a executores de acções de Ajuda Humanitária, bem como aos

voluntários abrangidos pelo regime previsto na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que exerçam a sua actividade no âmbito de acções de cooperação.

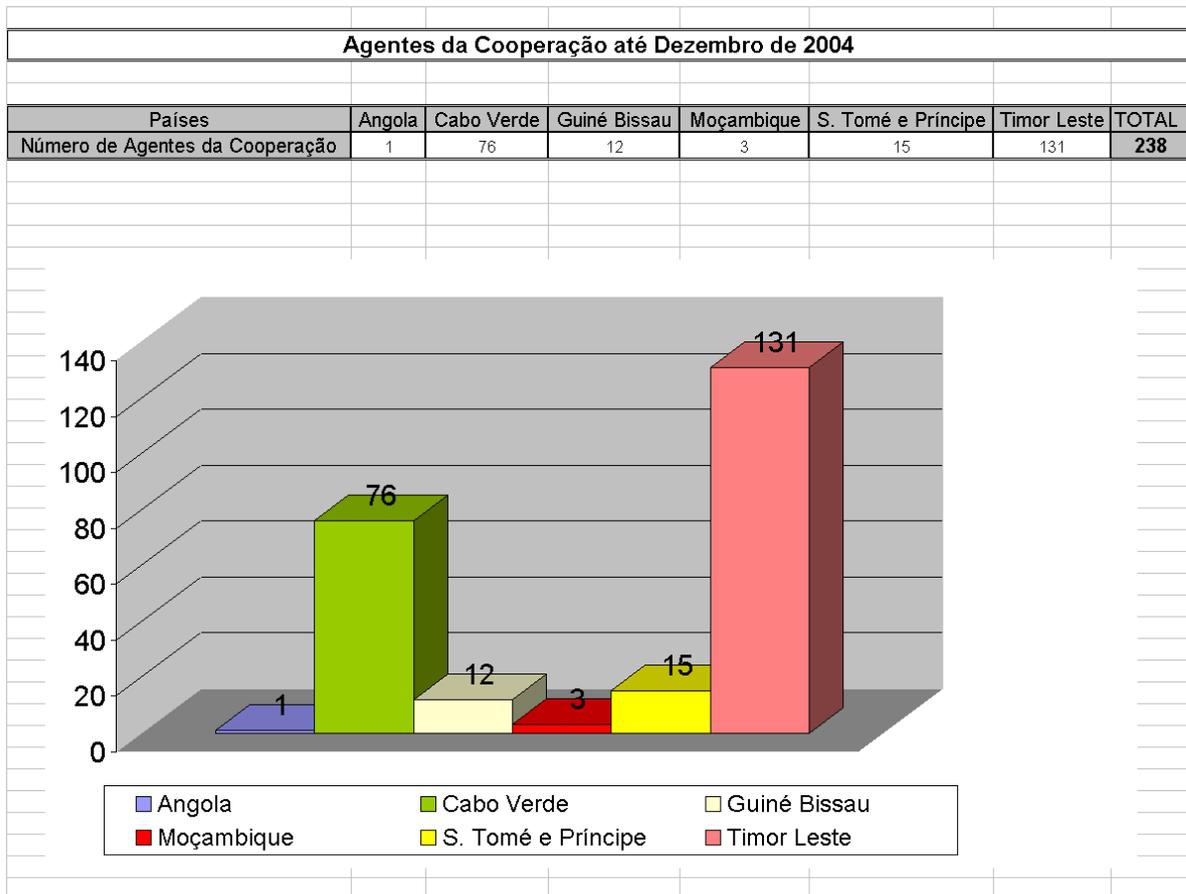
Para a completa aplicação da Lei n.º 13/2004 foi preparada, pelo IPAD, uma proposta de regulamentação em aspectos que o careciam, designadamente: Despacho Conjunto no que diz respeito às remunerações; Portarias relativas aos custos de transportes e bagagens e às condições dos seguros privados; e ainda o Regulamento Interno sobre as regras relativas ao concurso e processo de candidatura à bolsa de candidatos para acções de cooperação.

A aplicação da Lei n.º 13/2004 favoreceu diversos pedidos de esclarecimento sobre toda uma gama de questões, cuja resposta passava por uma análise dos direitos adquiridos no âmbito dos normativos revogados. Numa primeira fase procedeu-se a essa clarificação no respeitante ao Decreto-Lei n.º 363/85, de 10 de Setembro (que definia o estatuto dos cooperantes em exercício nos PALOP) e posteriormente ao n.º 10/2000, de 10 de Fevereiro (que definia o enquadramento legal dos cooperantes em exercício em Timor-Leste). Este último Decreto-Lei suscitou a análise cuidada de vários aspectos, nomeadamente os referentes aos critérios de atribuição dos valores de subsídios complementares, bem como o impacto, em termos orçamentais, da sua eventual alteração.

Apresenta-se seguidamente quadros com o número de agentes por país e por projecto, em 2004:

AGENTES DA COOPERAÇÃO NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (até Dezembro/04):

PAÍSES	PROJECTOS	NÚMERO DE PROFESSORES	NÚMERO DE ASSESSORES	TOTAL DE AGENTES DA COOPERAÇÃO
 Angola	Não inserido em projectos	1		1
 Cabo Verde	Projecto do Ensino Básico e Secundário	75		76
	Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde na Área da Otorrinolaringologia		1	
 Guiné Bissau	Projecto do Ensino Básico e Secundário	12		12
 Moçambique	Não inserido em projectos	3		3
 S. Tomé e Príncipe	Projecto do Ensino Básico e Secundário	11		15
	Não inseridos em projectos	4		
 Timor Leste	Escola Portuguesa de Díli	17		131
	Escola Portuguesa de Díli		1	
	Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa	95		
	Não inseridos em projectos		18	



2.7. Avaliação

A avaliação é fundamental, não só para evidenciar os resultados alcançados, mas também e sobretudo para aumentar o conhecimento sobre as possibilidades e limitações práticas da cooperação, ajudando por essa via o planeamento, a tomada de decisão e a incorporação dos ensinamentos nas intervenções em curso ou futuras.

Durante 2004, foram realizadas as seguintes actividades:

Disseminação de resultados e ensinamentos das avaliações concluídas em 2003:

Cooperação Portugal – Cabo Verde no Domínio do Ensino Superior;

Cooperação Portuguesa no Sector da Saúde em Moçambique 1990/2000.

Reformulação dos Termos de Referência e selecção da equipa para a avaliação da “Política de Bolsas do IPAD”.

Abertura do concurso para a realização da avaliação do projecto “Centro Experimental e de Fomento Agrícola e Hortícola do Quebo”.

Reformulação e apresentação para aprovação superior do documento “Estratégia da Avaliação da Cooperação Portuguesa e Programa de Acção a Médio Prazo”.

Participação nas reuniões do Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação dos Países da União Europeia.

Participação nas reuniões da “Network on Development Evaluation” do CAD/OCDE. Participação financeira no Programa de Trabalho 2004/2006 desta rede.

Participação nos trabalhos e reuniões do “Steering Group” da avaliação conjunta dos 3C, no quadro da UE.

Actualização do Glossário da Cooperação.

Elaboração de um Guia interno de Gestão das Avaliações.

Elaboração do “Guia de Avaliação”, numa versão provisória, para posterior inclusão no Site do IPAD

Preparação de um Seminário Internacional sobre Avaliação, no quadro da Reforma da Administração Pública.

2.8. Assuntos Comunitários e Multilaterais

O IPAD tem como uma das suas principais competências reforçar e dar maior consistência e coerência à participação nos principais “fora” internacionais, que se ocupam do desenvolvimento, designadamente ao nível das Nações Unidas, Banco Mundial, OCDE/CAD e, muito especialmente, pela sua importância estratégica, ao nível da União Europeia.

A nível internacional, o ano de 2004 foi caracterizado pela intensificação do debate em torno de várias questões comuns a esses diversos “fora” de discussão, nomeadamente: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Coordenação das Políticas, Harmonização dos Procedimentos e Alinhamento; Diálogo UE- África e apoio à NEPAD e participação no Fórum de Parceria com África; relações entre Paz, Segurança e Desenvolvimento; acompanhamento das diversas Conferencias Internacionais e respectivos planos de acção.

Segue-se, de forma resumida, informação sobre a participação do IPAD nas diversas instâncias internacionais, bem como a contribuição do IPAD para várias Instituições e Fundos.

2.8.1. Assuntos Comunitários

2.8.1.1 Política de Desenvolvimento da União Europeia

Ao longo de 2004, o IPAD continuou a contribuir para o debate, no seio da UE, e de outras instâncias internacionais, sobre o esforço de aumentar a eficácia da ajuda, com vista ao desenvolvimento social, económico e ambiental dos países parceiros.

Ao nível da UE, o IPAD continuou também a acompanhar os Grupos do Conselho, onde foram analisados os diversos temas do âmbito do desenvolvimento e preparadas as posições sobre temas agendados para os Conselhos de Ministros. O IPAD assegurou ainda a representação portuguesa nos diversos Comités de Financiamento e teve a seu cargo a preparação dos temas sobre a política de desenvolvimento discutidos no âmbito do Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE), nos Conselhos de Ministros ACP-UE, nas Reuniões Informais de Ministros do Desenvolvimento e nas Reuniões dos Directores Gerais do Desenvolvimento.

Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)

Em 2004, teve lugar no CAGRE de Janeiro e de Novembro o debate anual sobre a Eficácia da Ajuda Externa. Em Abril e Novembro tiveram lugar os CAGRE destinados a discutir outras questões relativas ao desenvolvimento, tendo o Conselho aprovado Conclusões sobre: financiamento da cooperação para o desenvolvimento; produtos de base e algodão; eficácia da acção externa da UE; follow-up de Monterrey; luta contra o HIV/Sida, Malária e Tuberculose; relatório Anual da Comissão relativo à política de cooperação para o desenvolvimento da CE e ajuda externa de 2003; follow-up da Conferência do Cairo; Relatórios de progressos sobre a contribuição da UE para a revisão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Relatório dos progressos feitos no domínio das Migrações e Desenvolvimento; Parcerias público-privadas nos PED.

Houve ainda lugar a uma troca de pontos de vista sobre: progressos registados em matéria de reforma da gestão da ajuda externa e da assistência da UE; preparativos das Conferências das Nações Unidas subordinadas a temas relativos à política de desenvolvimento; avaliação e revisão da Declaração Política de 2000; perspectivas financeiras para 2007-2013. O Conselho autorizou a Comissão a encetar as negociações com os Estados ACP com vista à revisão do Acordo de Parceria ACP-CE.

Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento

Os Ministros do Desenvolvimento reuniram-se informalmente duas vezes: em Junho (Dublin) e em Outubro (Maastricht). Dos temas discutidos destacam-se, pela sua importância: Segurança e Desenvolvimento; Eficácia da Política de Desenvolvimento e arranjos institucionais futuros; Perspectivas Financeiras; Coerência e Desenvolvimento; Saúde Reprodutiva e Direitos; Paz, Segurança e Desenvolvimento, especialmente em África. No que respeita ao tema Segurança e Desenvolvimento há que destacar que foi Portugal que solicitou a inscrição deste assunto na agenda, tendo para o efeito preparado um documento para discussão, onde, entre outros aspectos referiu a especial atenção que deve ser dada aos países com maiores debilidades institucionais, de forma a evitar/controlar situações de crise ou conflito e defendeu a elegibilidade em APD, de algumas verbas da Cooperação Técnico-Militar.

Reunião de Directores Gerais do Desenvolvimento

Ao longo de 2004, tiveram lugar cinco reuniões de Directores Gerais do Desenvolvimento (Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro), tendo sido abordados vários temas, dos quais se destacam: eficácia das acções externas da UE; implementação da ajuda comunitária; avaliações a meio percurso dos documentos de estratégia; revisão do Acordo de Cotonou; orçamentação do FED; implementação dos compromissos de Barcelona; Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; relatório da Comissão sobre a coordenação e harmonização; Facilidade Água e a Facilidade Paz; estrutura da nova Comissão e trabalho a desenvolver nos próximos anos; Países de Médio Rendimento.

Acompanhamento dos Grupos do Conselho

-Grupo ACP

O ano foi, neste âmbito, marcado por: *processo de revisão do Acordo de Cotonou*; discussão da proposta de *Integração Plena da Cooperação com os países ACP no Orçamento da UE*; continuação da segunda fase de *negociação dos Acordos de Parceria Económica (APE) ACP-CE*; criação de uma *Facilidade Água para os países ACP*; *processo de consultas com a República da Guiné-Bissau* em aplicação do artigo 96.º do Acordo de Cotonou, na sequência do golpe de Estado de Setembro de 2003; discussão em torno do *financiamento da cooperação com Timor Leste* ao abrigo do Acordo de Cotonou.

No âmbito do diálogo regular UE-ACP, realizou-se. Em 6-7 de Maio, em Gabarone, a 29ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE, onde foram formalmente lançadas as negociações para a revisão do Acordo de Cotonou. Foi ainda aí adoptada uma declaração conjunta sobre o Combate à Seca e à Desertificação e discutidas as questões relativas à problemática do HIV/SIDA, ao processo de negociação de Acordos de Parceria Económica e à Cooperação Financeira.

-Grupo ALIM (Ajuda Alimentar)

O Grupo debateu a renegociação da Convenção de Ajuda Alimentar (CAA) 1999, tendo como objectivo apresentar ao Secretariado do Conselho Internacional de Cereais,

em Londres, um documento que reflectisse a posição da União Europeia sobre esta matéria. A UE pretende que a CAA seja um instrumento de apoio na luta contra a pobreza e que sirva de base aos seus membros no fornecimento de ajuda alimentar.

-Grupo CODEV (Cooperação para o Desenvolvimento)

Ao longo do ano de 2004 o Grupo discutiu vários assuntos e propostas da Comissão sobre os diversos temas que estiveram na base das Conclusões dos CAGRE, relativamente às questões do desenvolvimento, e já acima enunciadas. Para além dos temas que deram origem à aprovação de Conclusões no Conselho, o Grupo analisou ainda várias propostas de Regulamentos: Promoção da igualdade do género; Cooperação descentralizada; Direitos do Homem; Cooperação com os países ALA; Ajuda desligada; Instrumento financeiro para o desenvolvimento e cooperação económica. O IPAD assegurou a preparação da posição portuguesa a assumir em todos estes temas, mantendo uma estreita colaboração com a REPER em Bruxelas.

-Grupo *ad hoc* sobre Harmonização

O IPAD assegurou a representação portuguesa no Grupo *ad hoc* sobre Harmonização, que reuniu seis vezes, em Bruxelas, de Maio a Outubro. Este adoptou um Plano de Acção da UE sobre Harmonização, a submeter ao segundo Fórum de Alto Nível sobre Harmonização e Alinhamento para a Eficácia da Ajuda, a ter lugar em Paris, em 2005.

Acompanhamento dos Comitês de Financiamento

-Comité dos Direitos do Homem e Democracia

Em 2004 o Comité reuniu quatro vezes tendo centrado o seu trabalho, principalmente, no Programa Anual de Trabalho para 2004, com um montante total de 132 M€ e na implementação da Iniciativa Europeia de Democracia e Direitos do Homem, que atingiu um total de 100,8 M€ equivalente a 99,8% da linha orçamental.

-Comité de Segurança e Ajuda Alimentar

Este Comité, em 2004, reuniu duas vezes, tendo apresentado o Programa Anual de Trabalho, no qual se incluíam várias propostas de financiamento, tanto para a ajuda

directa como para a ajuda indirecta. De destacar que relativamente à ajuda directa, foi aprovada uma proposta de financiamento para Angola, no montante de 10 M€ para 2004 e 2005, com vista a apoiar o processo de reabilitação e reconstrução.

-Comité do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

a) Decisões de Financiamento

O Comité do FED reuniu oito vezes, em 2004, tendo aprovado por procedimento oral 56 propostas de financiamento e dado o seu parecer a 11 propostas apresentadas por procedimento escrito, no montante global de cerca de **2 800 M€**. De entre elas, destacam-se: o programa **“Apoio à Facilidade Paz para África”** no valor de 250 milhões de € e a **“Facilidade água ACP-UE”**, igualmente no valor de 250 M

No que diz respeito aos PALOP, foram tomadas as seguintes decisões de financiamento:

Angola – Reintegração socio-económica de grupos vulneráveis – 15 M€, Estudos de assistência técnica – 7,400 M€

Cabo Verde – Programa de apoio orçamental de urgência – 5,810 M€, Estudos de assistência técnica – 3,560 M€

Guiné-Bissau – Apoio suplementar ao projecto de construção da ponte de S. Vicente – 5M€, Estudos e assistência técnica – 1,160 M€

Moçambique – Apoio ao sector da Justiça – 10 M€, dois programas de estradas de 5M€ e 6 M€, Estudos de assistência técnica – 2,6 M€

S. Tomé e Príncipe – Apoio ao sector rodoviário – 7,950 M€, Estudos e assistência técnica – 1,450 M€

b) Outros assuntos

O Comité realizou o exercício de Revisão a Meio Percurso das Estratégias de Cooperação com os países ACP, tendo relativamente aos PALOP, sido confirmadas as estratégias de cooperação de todos eles; no que diz respeito aos montantes dos envelopes financeiros, foi decidido manter o de Angola, aumentar as verbas do envelope “A” por transferência do envelope “B” em 9,5 M€ no caso da Guiné-Bissau e 0,93 M€ no de São Tomé e Príncipe, enquanto, devido ao bom desempenho verificado em Moçambique e Cabo Verde, os respectivos envelopes financeiros foram acrescidos

em 12,5 M€ (Cabo Verde) e 205,25 M€ (dos quais 41,25 M€ por transferência do envelope “B”) no caso de Moçambique.

-Comité África do Sul (RAS)

O Comité do Programa para a Reconstrução e Desenvolvimento da África do Sul (Linha Orçamental B-21 03 17 00), realizou 3 reuniões, em 2004, tendo dado o seu acordo para o financiamento de 4 propostas: duas no âmbito da luta contra o HIV/SIDA (45 M€), um programa de apoio ao abastecimento de água e saneamento (50 M€) e para um programa de apoio ao desenvolvimento económico na província do Cabo (30 M€).

-Comité dos Países em Vias de Desenvolvimento da América Latina e Ásia (PVDALA)

Este Comité realizou 9 reuniões no ano de 2004, tendo aprovado 64 propostas de financiamento no montante global de **1152,4 M€**, destacando-se 5 propostas no valor de 183 M€ para o Afeganistão e duas de apoio à reconstrução do Iraque (160 M€). Destaca-se ainda a aprovação do PIN de Timor Leste, com uma dotação de 9 M€.

Programa de Formação Jovens Peritos nas Delegações da Comissão

Foram seleccionados 3 candidatos portugueses, para este Programa. A Comissão suportará os encargos com dois jovens peritos (em programas anteriores só financiava 1) e o IPAD custeará outro, ao abrigo de um acordo bilateral IPAD/Comissão Europeia, que deverá ser assinado no início de 2005.

2.8.1.2. Relações U E – África

O IPAD continuou a acompanhar o processo de seguimento da Cimeira Europa - África do Cairo e a contribuir para o debate, em curso, sobre o tema da Paz e Segurança, para o qual Portugal é *chef de file*, pelo lado europeu, em colaboração com a Comissão Europeia, França e Bélgica.

No quadro do mecanismo de seguimento foram, em 2004, realizadas duas reuniões das *troikas* a nível Ministerial, em Dublin (1 de Abril) e Addis Abeba (4 de Dezembro), precedidas de encontros das *troikas* a nível de Altos Funcionários. Dos grandes temas prioritários (com particular atenção para o tema da Paz e Segurança) foram, nesse âmbito, apreciadas as questões relativas ao Plano Estratégico da UA para 2004-2007, à importância do género como questão horizontal do diálogo UE-África, ao pedido de acreditação dos Embaixadores da UE em Addis Abeba como representantes permanentes junto da UA e adoptada uma Declaração conjunta sobre a necessidade de um Sistema Multilateral eficaz. O CAGRE de 26 de Abril, adoptou, igualmente, conclusões sobre este tema, em que manifestou, sobretudo, o compromisso da UE relativamente à continuidade e intensificação do apoio político e financeiro aos esforços de paz em África, ao aprofundamento do diálogo com a UA e com as organizações sub-regionais africanas, à identificação de formas de reforçar os esforços de prevenção de conflitos em África no quadro da Política Europeia de Segurança e de Defesa e à realização, logo que possível, da Segunda Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Lisboa.

Em 25 de Maio entrou formalmente em vigor o Conselho para a Paz e Segurança da UA, em substituição do Órgão Central do Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos da OUA. Portugal decidiu contribuir, em 100 000 € para o Fundo para a Paz da UA, que constitui a base financeira deste Conselho. Esta contribuição foi financiada por verbas do IPAD.

2.8.1.3 – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano – NEPAD

O IPAD, ponto focal para as questões relativas à NEPAD, continuou a acompanhar o processo de concretização desta iniciativa, em todas as instâncias competentes (UE-África, Nações Unidas CAD-OCDE) e a contribuir para a preparação da participação portuguesa no “Fórum de Parceria com África”, que reúne os Representantes Pessoais dos Primeiros Ministros do G8/NEPAD e de outros parceiros do desenvolvimento Africano.

A Segunda Reunião do Fórum de Parceria teve lugar em Maputo, em 16-17 de Abril. Foram aí discutidos os temas prioritários identificados na sessão inaugural de Paris: Paz e Segurança, HIV/SIDA, Educação, Crescimento Económico e Criação de Riqueza, Segurança alimentar, alinhamento com os PRSP e Programas da NEPAD, bem como com os Planos nacionais de desenvolvimento. Na Terceira Reunião do Fórum (Washington, 4-5 de Outubro), foram, em particular, discutidas as questões relativas à Paz e Segurança, à Segurança Alimentar e ao Sector Privado – para as quais foram estabelecidas conclusões operacionais – assim como aos progressos registados na implementação da NEPAD e ao papel do Fórum de Parceria no quadro das diversas iniciativas sobre o Continente africano.

2.8.1.4 Quarto Acordo de Cooperação IPAD- IEEI- ECDPM

No quadro do Quarto Acordo de Cooperação, assinado, em Dezembro de 2003, o IPAD e os PALOP, continuaram a receber regularmente do ECDPM, publicações, estudos e outros documentos relevantes acerca da política comunitária de cooperação para o desenvolvimento e, em particular, sobre o debate em torno da implementação do Acordo de Parceria ACP-CE. Foram realizados Seminários sobre temas relevantes e identificadas algumas acções a serem, neste quadro, desenvolvidas em 2005, tanto em Portugal, como nos PALOP.

2.8.2-Assuntos Multilaterais

2.8.2.1–Nações Unidas

PNUD

-Trust Fund do PNUD

Procedeu-se à revisão do Acordo entre o Governo Português e o PNUD relativamente ao Trust Fund, tendo sido assinado, no final do ano de 2004, um novo Acordo

O novo acordo, denominado de Acordo de Parceria entre o Governo de Portugal e o PNUD, tem subjacente um Trust Fund temático – “Governança Democrática”, para o qual o nosso país terá que proceder à transferência de um milhão de USD e repor, anualmente, o montante necessário por forma a perfazer esse montante.

Quanto aos projectos financiados ainda sob a alçada do anterior Trust Fund, foram utilizados 230.000 USD para financiar dois projectos para Cabo Verde: “Apoio ao Programa Nacional de Luta contra a SIDA” (115.000 USD); e “Apoio à Boa Governança” (115.000 USD). De referir ainda a utilização do montante de 41.000 USD para financiar a tradução e publicação da versão Portuguesa do Relatório de Desenvolvimento Humano 2004.

-Contribuição Voluntária

Em Julho de 2004, o IPAD procedeu ao pagamento da sua parte na contribuição nacional para o PNUD no valor de 400.000 USD.

-MASG Angola

Em Maio de 2004 realizou-se uma missão a Angola, por parte Grupo de Apoio ao *mine action*, que procedeu não só à avaliação do projecto de desminagem, mas também analisou, de um modo mais abrangente, a situação em Angola no que diz respeito às minas). Esta missão foi cofinanciada pelo IPAD em 10.000 USD.

-Junior Professional Officers

Seleção de candidatos: Foi conduzido o processo de selecção de dois jovens portugueses para os escritórios do PNUD em Angola e Moçambique, iniciando funções em Janeiro de 2005

Prorrogação de contratos: Foi prorrogado, por um terceiro ano, os contratos dos dois JPO a desempenharem funções nos escritórios do PNUD em Luanda e Maputo desde 2002, o que representou um encargo para o IPAD de 262.701,77 USD.

FNUAP

Foi paga a contribuição anual no valor de 40.000 USD, responsabilidade atribuída ao IPAD a partir deste ano. Foi ainda efectuada uma contribuição extraordinária de 200 000 USD, para integrar numa contribuição conjunta da União Europeia, para o “*Reproductive Health Commodity Fund*” do FNUAP, no âmbito da comemoração do 10º Aniversário do Plano de Acção da Cimeira do Cairo sobre a População e Desenvolvimento

UNESCO

-Trust Fund UNESCO

Durante este ano foram aprovados os seguintes projectos para co-financiamento através do Trust Fund junto da UNESCO:

Preparação dos Planos Nacionais de Educação para todos nos PALOP's – orçamentado em 100.000 USD;

“Formação do pessoal do município, em gestão, de um sitio do Património Mundial no âmbito da Preparação do Plano de Gestão para a Ilha de Moçambique” - orçamentado em 24.512 USD.

Foi ainda iniciada a diligência para a contratação, por dois anos, de um perito associado português para os escritórios UNESCO em Maputo, para acompanhamento da III fase do projecto UNESCO/PNUD “Desenvolvimento dos Media Moçambique,” a financiar por este Trust Fund.

-Reposição do Fundo

Foi feita uma reposição para este fundo no valor de 182 298 USD, em Outubro de 2004. O saldo no final de 2004 era de cerca de 306 000 USD.

XIª UNCTAD

Decorreu, de 13 a 18 de Junho na cidade de São Paulo no Brasil, a XIª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, na qual participou o Presidente do IPAD. A reunião veio reafirmar o Plano de Acção de Banguécoque.

UNICEF

Em 2004, foi decidido apoiar os seguintes projectos da UNICEF inseridos no quadro do apelo humanitário das NU para a África Austral, com 125 000 USD cada um: “Drought and HIV/AIDS Emergency Response in three districts of Gaza Province” e “UNICEF Multisectoral Girl’s Education Initiative” (verbas do IPAD/ SCAE)¹⁰

ACNUR

O IPAD contribui para o ACNUR, no âmbito da ajuda ao Iraque, num montante de 500 000 € e procedeu ao pagamento de uma sua contribuição do ano de 1999, no valor de 25.000 USD, que ainda não havia sido liquidada.

UNIDO

Foi decidido apoiar em 350.000 USD o Projecto Assistência Técnica para Timor Leste no quadro de verbas portuguesas retidas naquela organização.

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

O IPAD esteve envolvido na revisão da IIIª Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, designadamente na vinda de especialistas do Secretariado desta Convenção de 10 a 14 de Maio. O IPAD esteve representado no módulo “Transferência de Tecnologia e Assistência Financeira”.

Relatório Follow – up do Programa de Acção para os PMA

Foi, pelo segundo ano consecutivo, elaborado o relatório nacional sobre as acções desenvolvidas a favor da aplicação do programa de acção para os PMA's, aprovado em 2001 na Conferência de Bruxelas. Nesse relatório são descritas as acções que a Cooperação Portuguesa encetou, durante o ano 2002-2003, directa ou indirectamente relacionadas com os diversos compromissos (*commitments*) do plano de acção referido.

Relatório sobre o Progresso na Implementação e Apoio Internacional à NEPAD

O IPAD coordenou o trabalho de elaboração do relatório nacional de 2004 sobre o progresso na implementação e apoio internacional à NEPAD, no contexto das Resoluções das Nações Unidas 58/233 (*New Partnership for Africa's Development: progress in implementation and international support*), 58/235 (*Implementation of the recommendations contained in the report of the Secretary-General on the causes of conflict and the promotion of durable peace and sustainable development in Africa*).

2.8.2.2-Banco Mundial

-Fundo Global SIDA, Tuberculose e Malária

Na sequência da Conferência Internacional de Apoio ao Fundo Global de luta contra a Sida, Tuberculose e Paludismo que se realizou em Paris, em Julho de 2003, e do compromisso assumido de contribuir com um milhão de USD, foi liquidado o remanescente da contribuição nacional -600.000 USD.

-Fundo para a Reconstrução do Afeganistão

Foi concretizada a transferência de 600.000 euros para o Banco Mundial relativa à última parcela da contribuição para o Trust Fund para a Reconstrução do Afeganistão, no seguimento dos compromissos assumidos nas Conferências de Doadores de Tóquio e de Berlim. Para tal foi assinado, em Junho de 2004, um acordo (“*ammendment of Agreement*”) para regularizar a transferência desta última tranche .

-Banco Mundial GDLN- Centro de Ensino à Distância- sub-rede lusófona

Teve lugar no dia 28 de Abril, nas instalações do BM em Paris, uma reunião de trabalho tendo em vista uma parceria com o GDLN (Global Development Learning

Network para a concretização de um projecto de uma sub-rede lusófona. Posteriormente foram desenvolvidos trabalhos entre o Banco Mundial, o Centro GDLN de Timor Leste, o IPAD e a Universidade Aberta para estruturação do projecto.

2.8.2.3-CAD/OCDE

-Seminário da OCDE sobre Coerência Política

Participou-se no Seminário sobre *Abordagens Institucionais à Política de Coerência ao Desenvolvimento*, organizado pela OCDE mas com a presença de uma série de outras organizações internacionais.

Este seminário veio explorar áreas temáticas do *Programa Horizontal* lançado recentemente pelo CAD e evidenciar as dificuldades e os obstáculos em transpor para a prática quaisquer directrizes em relação àquela política.

-Reunião de Alto Nível do CAD

Em Abril de 2004 teve lugar a Reunião de Alto Nível anual do CAD. Dos assuntos tratados, destacam-se: avaliação dos progressos do volume e eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento face a Monterrey; a Segurança e Desenvolvimento, no qual foi endossado a publicação: “Security System Reform and Governance: Policy and Good Practice”; e a Agenda para o Crescimento (impacto que as diferentes políticas poderão ter no crescimento e no cumprimento dos MDG’s e o papel crucial dos países doadores neste contexto).

-Reunião de Altos Funcionários do CAD

A reunião de Altos Funcionários do CAD, na qual o IPAD esteve representado teve lugar nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2004.

Os principais assuntos discutidos nesta Reunião centraram-se essencialmente em:

Fórum de Alto Nível sobre Eficiência da Ajuda,

Elegibilidade de acções/actividades militares como APD. Algumas delegações, como o caso da Portuguesa, pretendiam introduzir alterações nos critérios de contabilização da APD, por forma a contemplar despesas efectuadas pelos doadores no campo da segurança e defesa.

-IIDEA

Desencadeou-se o processo de denúncia do Acordo entre Portugal e o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IIDEA.). Uma vez que o processo de denúncia não foi concluído, procedeu-se ao pagamento da quota de 2004, no montante de 75.000 USD.

2.8.2.4-Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) é o ponto focal português para a área da cooperação e, nessa qualidade, participou nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

Todo o processo de estruturação da cooperação na CPLP tem contribuído para a identificação de projectos concretos, tendo o ano 2004 sido marcado, entre outras iniciativas, pela preparação de projectos, em colaboração com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e o Secretariado Executivo da CPLP, sobre o combate à malária, doença que para além de ser um grave problema de saúde pública constitui, nalguns deles, um entrave a um desenvolvimento sustentável, e pelo acompanhamento de iniciativas já em curso (Curso de Gestão e Administração Escolar – Formação para Quadros Técnicos no âmbito da CPLP, e. “Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa”).

Também o combate ao HIV-Sida continuou a merecer atenção por parte da CPLP, pelo que foram feitos esforços no sentido de se implementar uma política de combate ao HIV-Sida que esteja integrada no âmbito dos projectos e programas de desenvolvimento. Nesta perspectiva e em resposta a um apelo do Presidente da República Portuguesa no âmbito da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, foi lançada uma campanha para combater o HIV – Sida, difundida nos oito países membros da CPLP através de “outdoors”, da rádio e de um anúncio televisivo, que incluiu uma mensagem de todos os Presidentes dos Estados membros.

Destaca-se ainda a assinatura (Junho 2004) das Convenções que criaram os Centros de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e em Administração Pública, enquanto instrumentos da maior relevância para o fortalecimento da capacidade institucional dos Estados membros. No quadro de Ponto Focal, procedeu-se à análise das Directrizes para o Recrutamento, Selecção e Contratação da equipa Base do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial .

Assinala-se também a assinatura constitutiva do Conselho Empresarial da CPLP (Junho 2004), na presença de representantes dos Estados membros e de empresários e representantes das Associações Empresariais que irão integrar os vários órgãos sociais do Conselho, o que contribuirá para potenciar a cooperação entre os empresários da Comunidade, tornando este espaço economicamente mais atractivo e reforçando a importância da língua portuguesa como veículo de negócios.

Por último, de referir ainda o empenho de Portugal em conferir maior visibilidade internacional à CPLP e esta poder, assim, beneficiar de maior apoio financeiro. Na tentativa de ir ao encontro da estratégia desta Comunidade, que se consubstancia numa nova abordagem interessada na divulgação da Organização junto de outras Organizações Internacionais e dos países doadores no intuito de captar recursos, públicos ou privados, para eventual financiamento de projectos de cooperação no âmbito da CPLP, Portugal avançou com uma proposta de inclusão da CPLP na lista das organizações multilaterais elegíveis para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) no âmbito do CAD/OCDE, à semelhança de outras organizações de cariz regional.

2.8.2.5-Cimeira Ibero - Americana

O IPAD participou nas duas reuniões preparatórias da Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, a primeira das quais realizada sob a Presidência da Costa Rica, em San José, e a segunda em Madrid, tendo como pano de fundo a discussão dos estatutos que criam a Secretaria-Geral Ibero-americana.

O IPAD participou também na reunião dos Responsáveis de Cooperação que prepararam a elaboração dos parágrafos da cooperação a incluir na Declaração de S. José, assim como uma “Declaração Especial sobre a Cooperação para o Desenvolvimento com os Países de Rendimento Médio “no quadro da. a XIV Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, essencialmente marcada pela assinatura do Acordo de Santa Cruz, que instituiu a SECIB, que teve lugar em Novembro em S. José da Costa Rica.

De referir que a contribuição portuguesa relativa a 2004 para a SECIB, no valor de 31.997 USD (1,4%) foi liquidada pelo IPAD. De referir que Portugal ocupa o 5º lugar em termos de contribuições financeiras para a SECIB (1º- Espanha; 2º - Brasil; 3º - México, 4º- Argentina), pertencendo à Espanha o primeiro lugar com. cerca de 80% do orçamento .

2.9 Recursos Humanos e Financeiros

2.9.1 Recursos Humanos

O ano de 2004 caracterizou-se por um contexto de novas orientações e medidas assumidas pelo Governo no sentido de implementar uma reforma na Administração Pública, designadamente, a entrada em vigor da Lei Quadro dos Institutos Públicos, a aprovação de um novo Estatuto do Pessoal Dirigente, a criação de um modelo de Avaliação de Desempenho para a Administração Pública (SIADAP), a constituição de uma Base de Dados da Administração Pública (BDAP), entre outras, o que teve repercussão directa na normal actividade dos Serviços.

A esta situação acresceu a reestruturação ocorrida no IPAD, mediante a aprovação por despacho n.º 22251/2004, de 13 de Outubro, de S. Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, de um novo regulamento redefinidor da organização, funções e competências dos serviços.

Assim, no decurso de 2004, foram desenvolvidas, para além de acções que constituem rotina de um serviço de gestão de recursos humanos, as seguintes actividades:

Em 01.01.04 foi adoptado e implementado o SRH, aplicação informática elaborada no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado, a qual passou a assegurar o processamento de vencimentos e outros abonos dos dirigentes, funcionários e outros trabalhadores em exercício de funções no IPAD. No decurso do ano, foi ainda uma preocupação constante, garantir o desenvolvimento da referida aplicação, por forma a viabilizar não só a disponibilização da informação considerada necessária a uma gestão integrada de recursos humanos, como também a possibilitar o envio do ficheiro descritivo/cadastral do pessoal para a BDAP;

Uma vez que o Balanço Social constitui um importante instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de Outubro, procedeu-se à sua elaboração, com referência a 30.12.2004, assim como à sua remissão às entidades e serviços competentes para proceder à sua apreciação e ao seu adequado tratamento estatístico;

Na sequência de levantamentos de necessidades de pessoal efectuados, respectivamente, no final do ano de 2003 e, recentemente, no ultimo trimestre de 2004, após a reestruturação e reorganização operada nos serviços IPAD, foram desenvolvidas as devidas diligências, no sentido de dar resposta às carências de pessoal diagnosticadas, mediante recurso aos mecanismos de mobilidade previstos para a Administração Pública, designadamente, a transferência, a requisição, o concurso, bem como a integração de diplomados com o curso de Estudos Avançados em Administração Pública (CEAGP) e outros funcionários em situação de disponibilidade afectos ao quadro da Direcção - Geral da Administração – Pública;

No que respeita à figura do concurso e, igualmente, tendo em vista garantir a motivação dos funcionários em condições de promoção na respectiva carreira, foram abertos e concluídos, concursos internos de acesso misto para as categorias de assistente administrativo principal, assistente administrativo especialista, técnico superior de 1.ª classe e técnico superior principal;

Por sua vez, dada a especificidade de algumas das atribuições cometidas ao IPAD e a necessidade de assegurar os serviços de cooperação junto das embaixadas portuguesas nos PALOP's, atentas as dificuldades em concretizar recrutamentos de funcionários a outros organismos da Administração Pública devidamente habilitados e com o perfil profissional pretendido, foram celebrados 9 contratos de prestação de serviços, em regime de avença, para o exercício de funções de assessoria técnica especializada;

Por forma a garantir um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes e a sua plena motivação, promoveu-se a mobilidade intercarreiras, mediante reclassificação profissional na carreira técnica superior e telefonista de 2 funcionários em situação de desajustamento funcional, bem como da mobilidade interna inter-serviços;

Considerando a cessação da comissão de serviço dos dirigentes nomeados, por um ano, ao abrigo do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e, cumprindo assegurar a direcção e a coordenação dos serviços, conforme definidos pelo citado despacho n.º 22251/2004, de 13 de Outubro, de S. Ex.ª o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, foi diligenciada a nomeação em regime de substituição dos dirigentes de nível intermédio e posteriormente desenvolvidos os

procedimentos tendentes a garantir o efectivo provimento dos cargos dirigentes em regime de comissão de serviço, de acordo com o disposto nos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, diploma que veio aprovar o novo estatuto do pessoal dirigente;

Importando implementar o novo modelo de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), criado pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e a fim de garantir a avaliação, referente ao ano de 2004, dos funcionários, dirigentes de nível intermédio e outros trabalhadores, em exercício de funções no IPAD, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, no final do 1.º semestre do ano, foram desenvolvidas pela DRH reuniões com dirigentes e chefias, a fim de uniformizar procedimentos e definir os objectivos a prosseguir pelas várias unidades orgânicas no decurso do 2.º semestre e foram elaborados e divulgados modelos de avaliação anexos à Portaria n.º 509-A/2004, de 14 de Maio;

No ultimo trimestre do ano, a Secção de Processamento de Vencimentos e Abonos passou a assumir o processamento dos vencimentos, suplementos e/ou outros abonos aos agentes de cooperação em exercício de funções nos PALOP's e em Timor-Leste (apenas dos agentes requisitados a outros organismos da Administração Pública), bem como, e sempre que requeridas pelos interessados, a passagem de declarações comprovativas de pagamentos, descontos e contagens de tempo de serviço.

Em 31.12.04, o IPAD dispunha de 162 efectivos, dos quais 121 funcionários nomeados (23 em regime comissão de serviço por um ano no exercício de cargo dirigente ao abrigo do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho), 27 contratados em regime de prestação de serviços a exercer funções no IPAD ou nos serviços da cooperação junto das Embaixadas e 14 encontravam-se em regime de requisição, destacamento em outras situações. Ainda e no que respeita à mobilidade, acresce informar que no decurso de 2004, saíram do organismo 41 elementos (18 dos quais pertenciam ao quadro de pessoal) e entraram 34 elementos, sobretudo por nomeação e mediante contratos de prestação de serviços.

Tendo como pretensão um aumento da motivação e uma valorização profissional dos dirigentes e funcionários, por via do desenvolvimento das respectivas competências de desempenho, de acordo com as necessidades de formação diagnosticadas e as disponibilidades orçamentais, foram promovidas 96 inscrições em acções de formação junto de entidades convenientemente credenciadas, o que resultou, em 57 participações, em 28 cursos, num total de 1532 horas. Apresentam-se como anexo nº1 os mapas, que sistematizam as áreas e a actividade desenvolvida em 2004 no quadro da formação

2.9.2 Gestão Financeira e Patrimonial

2.9.2.1 Gestão Financeira

I-EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Orçamento Global do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento no ano económico de 2004 (receitas gerais e saldos transitados), excluindo o Capítulo 50, foi de 113.039.754,00 €. Este valor sofreu uma redução de 8.428.497,00 € a título de cativação e alterações orçamentais, onde se incluem as transferências efectuadas para o GAERI do Ministério da Educação, no montante 1.966.040,00€ para pagamento aos professores a leccionarem em Timor Leste. A dotação orçamental corrigida e disponível foi assim de 104.611.257,00 €

A execução do orçamento do IPAD em 2004 foi de 44,6 %, apresentando a seguinte distribuição:

ORÇAMENTO 2004

Actividade	Dotação	Cativo e	Dotação	Dotação	% Na
-------------------	----------------	-----------------	----------------	----------------	-------------

	Inicial	Alterações Orçamentais	Disponível	Utilizada	Dotação Utilizada
101 - COOPERAÇÃO	49.075.616,00	-7.617.238,00	41.458.378,00	25.892.217,25	62,45%
102 – AJUDA .EMERGENCIA	2.300.000,00	-730.000,00	1.570.000,00	1.203.522,12	76,66%
103 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.624.384,00	-53.221,00	2.571.163,00	1.853.152,00	72,07%
SUBTOTAL FF: 110	54.000.000,00	-8.400.459,00	45.599.541,00	28.948.891,37	63,49%
101 - COOPERAÇÃO	0,00	57.426.418,00	57.426.418,00	16.342.234,28	28,46%
102 – AJUDA EMERGÊNCIA	0,00	1.332.959,00	1.332.959,00	1.332.523,05	99,97%
SUBTOTAL FF: 123	0,00	58.759.377,00	58.759.377,00	17.674.757,33	30,08%
SUBTOTAL FF: 260	280.377,00	-28.038,00	252.339,00	23.569,18	9,34%
TOTAL	54.280.377,00	50.386.956,00	104.611.257,00	46.647.217,88	44,59%

O saldo a transitar para o ano de 2005, é de 56.267.923,18 € como quadro:

Saldo a Transitar para 2005

Actividade	Saldo a Transitar
101 - COOPERAÇÃO	14.588.201,75
102 – AJUDA EMERGÊNCIA	366.331,94
103 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00
SUBTOTAL FF: 110	14.954.533,69
101 - COOPERAÇÃO	41.084.183,72
102 – AJUDA EMERGÊNCIA	435,95
SUBTOTAL FF: 123	41.084.619,67
SUBTOTAL FF: 260	228.769,82
TOTAL	56.267.923,18

Relativamente à dotação utilizada ao longo do ano, na Actividade 101 – COOPERAÇÃO a sua desagregação, encontra-se apresentada nos quadros seguintes:

<i>actividade 101- COOPERAÇÃO</i>		
GRUPOS DESPESA	VALORES	PESO NA DOTAÇÃO UTILIZADA
DESPESAS COM PESSOAL	2.144.403,84	5,1 %
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	442.473,00	1 %
FINANCIAMENTO DE PROJECTOS	25.919.056,59	61,4 %
ACOMPANHAMENTO DA COOPERAÇÃO	9.138.522,88	21,6 %
INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	4.589.995,22	10,9 %
TOTAL DA COOPERAÇÃO	42.234.451,53	100 %

Financiamento Projectos da Cooperação	Execução 2004
APOIO À SOCIEDADE CIVIL	2.566.255,90
- Apoio às ONGD	2.474.084,99
- Outros Apoios	84.139,96
- Deslocações	8.030,95
PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	23.352.800,69
- Projectos de Angola	3.307.350,59
- Projectos de Cabo Verde	1.782.798,26
- Projectos da Guiné - Bissau	2.622.441,97
- Projectos de Moçambique	4.568.607,17
- Projectos de São Tomé e Príncipe	2.528.811,83
- Projectos de Timor Leste	5.657.665,11
- Projectos Outros	2.885.125,76
Total	25.919.056,59

Acompanhamento da Cooperação	Execução 2004
Apoio Logístico	1.435.735,17
Bolseiros	5.672.264,46

Cooperantes	1.139.829,99
Deslocações	193.255,47
Programação, Avaliação e Divulgação	484.943,15
Contrib.2004-06-Dac Network Development Evaluation	28.000,00
Biblioteca 25 de Abril - PALOP e TL	94.994,64
Aj. Ásia - SRI LANKA - Frete Avião	79.500,00
Aj. Ásia - SRI LANKA - ONGD - Médicos do Mundo Port	10.000,00
Total	9.138.522,88

Instituições Multilaterais	Execução 2004
Assuntos Comunitários	130.052,76
Assuntos Multilaterais	3.922.942,96
Assuntos CPLP e Q. Iberoamericanas	478.265,15
Deslocações	58.734,35
Total	4.589.995,22

A execução de 2004 relativa à Ajuda da Emergência foi a seguinte:

ACTIVIDADE 102 - Ajuda de Emergência	Execução 2004
Ajuda de Emergência - Angola	826.631,50
Ajuda de Emergência - Cabo Verde	5.000,00
Ajuda de Emergência – Guiné Bissau	208.546,65
Ajuda de Emergência - Iraque	529.523,05
Ajuda de Emergência - Moçambique	258.235,90
Ajuda de Emergência - Outros	708.108,07
- Ajuda Humanitária Marrocos	24.034,00
- Ajuda Humanitária Cuba	74.074,07
- Conf. "Afeganistão e a Comunidade Internacional"	350.000,00
- Ajuda Humanitária a DARFUR (SUDÃO)	260.000,00
Total	2.536.045,17

No âmbito do Capítulo 50 – Investimentos do Plano (PIDDAC), foram aprovados 2 Programas, cujos valores orçamentais apresentaram a seguinte distribuição:

PROGRAMAS	DOTAÇÃO INICIAL	CATIVO CONG.	ALTER. OE/RECTIF	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO EXECUTADA	% TX EXEC.
P005 COOPERAÇÃO PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO	200.000,00	- 38.500,00	0,00	161.500,00	92.627,76	57,4 %
P006 CONSTRUÇÃO, REMOD. E EQUIPAM:INST.	300.000,00	- 58.500,00	467.000,00	588.500,00	577.068,97	98,1 %
TOTAL	500.000,00	-97.000,00	347.000,00	750.000,00	669.696,73	89,3 %

O projecto “Manutenção e recuperação das diversas instalações do IPAD nos PALOP e Timor Leste” e o projecto “Manutenção e recuperação das diversas instalações do IPAD em território nacional” visou essencialmente custear obras e equipamentos das instalações do IPAD em Lisboa e do património da cooperação nos PALOP.

A execução do projecto “Manutenção e recuperação das diversas instalações do IPAD nos PALOP e Timor Leste” apresentou a seguinte distribuição:

	NO TOTAL DO PROJECTO	%
ANGOLA	7.008,15 €	7,6 %
GUINÉ-BISSAU	74.519,80 €	80,4 %
S. TOMÉ	11.099,81 €	12,0 %
TOTAL PROGRAMA	92.627,76 €	100 %

No que se refere ao Programa P006, foi concretizada a aquisição do imóvel do 6.º Piso da Av. da Liberdade n.º 192. Foram efectuadas obras de conservação do andar da porteira e da cobertura do terraço do edifício da Rua Rodrigues Sampaio e a reparação dos elevadores da Av. da Liberdade.

Neste programa salientam-se ainda, os trabalhos preparatórios das obras do átrio e das escadas do prédio da Av. da Liberdade, bem como os trabalhos preparatórios para a Loja da Cooperação sita na Rua Rodrigues Sampaio.

II – OUTRAS ACTIVIDADES

Foi assegurada a gestão do fundo de maneiio da cooperação constituído em 4.556.491 € , bem como todas as tarefas inerentes à execução financeira, classificação e contabilização da despesa, tendo sido efectuados 3.188 cabimentos e 5.110 pagamentos.

Em articulação com os diversos Serviços foi preparada e elaborada a proposta de Orçamento do IPAD para 2005, bem como o controle da execução orçamental do Orçamento de Funcionamento e do PIDDAC, a gestão das alterações orçamentais, pedidos de libertação de crédito e prestação de informação financeira à DGT, DGO, GOPA e outros organismos, bem como todos os trabalhos referentes à transição de saldos.

Foi, por outro lado, assegurada a elaboração da conta de gerência incluindo todos os elementos de fecho de contas, necessários e obrigatórios de acordo com as instruções do Tribunal de Contas. O NAT presta ainda apoio técnico à Secção de Contabilidade e às restantes Direcções de Serviço no âmbito do acompanhamento da execução financeira dos projectos.

Foi ainda prestado apoio às auditorias internas e externas realizadas durante o ano de 2004.

2.9.2.2 Gestão Patrimonial

Foram asseguradas as actividades da gestão das instalações e equipamentos do IPAD, situados quer em território nacional, quer nos PALOP e Timor Leste, bem como a Gestão dos Bairros e Alojamentos da Cooperação no que respeita à sua ocupação, tendo-se efectuado ainda obras de remodelação e conservação.

Foram realizados 384 processos de aquisição de bens e serviços correntes e assegurada a distribuição de artigos de consumo corrente, bem como o reapetrechamento dos Bairros e Apartamentos da Cooperação e respectivo envio de todos os artigos e materiais.

Ainda durante o ano 2004, a Secção de Património assegurou a manutenção das frotas do IPAD, junto da Sede e dos Serviços da Cooperação Portuguesa junto às Embaixadas de Portugal, nos PALOP e em Timor-Leste.

Foi assegurada também a contentorização de todas as mercadorias recepcionadas de diversas entidades, inseridas no âmbito de Programas e Projectos de Cooperação e o respectivo envio por carga marítima e aérea para os diversos destinos, intervindo ainda quando necessário em acções de ajuda humanitária e de apoio à Sociedade Civil.

2.9.2.3 Logística Documental e Informática

I- Documentação

Para além das tarefas quotidianas que lhe são inerentes, o CDI desenvolveu um trabalho sistemático de divulgação do seu catálogo e arquivo.

O CDI foi também solicitado a dar parecer e organizar ofertas de bibliografia vária, nomeadamente a concepção e organização de uma “Biblioteca 25 de Abril” que foi oferecida a cada um dos PALOP (1 por distrito de cada país no âmbito das comemorações dos 30 anos do “25 de Abril”).

1 – Biblioteca e Arquivo

1.1-Biblioteca

Foi organizado o catálogo e actualizada a base de dados bibliográfica, trabalho do qual resultou uma nova organização de biblioteca.

Procedeu-se à aquisição de monografias na perspectiva de actualização de fundos.

Procedeu-se também à renovação de assinaturas de periódicos, nomeadamente DR e JOCE.

Procedeu-se à edição dos PIC, tanto em língua portuguesa como inglesa.

Foi elaborada uma proposta de regulamento de biblioteca, que se encontra pendente de aprovação superior.

1.2-Arquivo

-Arquivo Histórico.

Foi publicado o Inventário de Cahora Bassa.

Foram respondidos inúmeros pedidos de documentação, não só por investigadores, mas também por entidades responsáveis por projectos de cooperação.

-Arquivo Intermédio

O CDI iniciou o processo de tratamento do arquivo intermédio do IPAD, tendo começado pelo tratamento do arquivo acumulado. Este trabalho foi desenvolvido mediante o recurso a uma empresa, tendo sido objecto de concurso.

2-Presença em Feiras do Livro e Eventos

Foram enviados livros (editados ou apoiados pelo IPAD) para as feiras do livro realizadas nos PALOP.

O IPAD esteve presente no Fórum Estudante. Para o efeito foi concebido um stand com a nova imagem.

3-Edição

Foi criado um novo site do IPAD.

Foi concebido e apresentado um projecto de Portal da Cooperação Portuguesa.

4-Expediente

A Secção de Expediente e Apoio Geral assegurou a gestão de documentos saídos e entrados, tendo sido registadas cerca de 9.000 saídas, cerca de 12.000 entradas e informações. Foi igualmente assegurada a coordenação do pessoal auxiliar de limpeza, administrativo e motoristas, de forma a assegurar as necessidades do serviço.

II- Informática

1 - Segurança informática da rede

Implementação de solução não automatizada de salvaguarda informação (backups)

Criação e implementação de outras funcionalidades de segurança da rede, nomeadamente upgrade do software CheckPoint do firewall e actualização das tabelas antivirus .

2 - Sistema de Gestão Electrónica de Documentos

Implementação e desenvolvimento de um sistema de Gestão Electrónica Documental e Processual no Expediente, em funcionamento desde Janeiro de 2004.

3 - Gestão da Infra-estrutura Tecnológica e da Informação

Consolidação das ligações existentes entre os diversos serviços do IPAD, nomeadamente entre a sede e a Rua F. M. Melo permitindo um melhor acesso do Núcleo de Bolsas à aplicação Minimal alojada na sede;

Consolidação de novas ligações entre o IPAD e outras organizações, nomeadamente a ligação IPAD-CIFRA(MNE) permitindo a circulação electrónica de telegramas;

Manutenção dos servidores;

Bases de Dados – apoio e desenvolvimento de novas funcionalidades;

4 – Página WEB do IPAD

Manutenção dinâmica da página do IPAD.

3. Avaliação e Conclusões

Como já referido, o ano de 2004 foi marcado por alguns factos e adaptações, o que o condicionou, de alguma forma, em termos de resultados, a actividade do IPAD, nomeadamente no que se refere aos níveis a atingir em termos de ajuda pública ao desenvolvimento (quantitativamente e qualitativamente), atentos os compromissos internacionais de, em 2006, se dedicar um mínimo de 0,33% do RNB e de gradualmente se prosseguir esse esforço de cooperação.

Com efeito, o ano findo foi ainda um ano de adaptação ao novo modelo de cooperação, instituído no ano anterior, tendo-se feito sentir, tanto no contexto interno da instituição, como no quadro do seu posicionamento e afirmação no “contexto externo”, algumas dificuldades de adaptação ao duplo papel de órgão central de coordenação da política de cooperação para o desenvolvimento e de principal agente de financiamento dessa mesma política, tendo-se manifestado notoriamente insuficientes os mecanismos e capacidade de coordenação dos múltiplos agentes e dos recursos orçamentais de cooperação em presença.

Verificou-se, por outro lado, o início de um novo ciclo de programação (tanto de médio como de curto prazo), com todos os países parceiros (à excepção de Angola, cujo processo havia sido concluído em 2003), o que levou a negociações simultâneas com todos eles, absorvendo a actividade de planeamento e de programação preponderância em detrimento de outras, nomeadamente da de execução.

Foram, também, algo significativos os reflexos, no âmbito da actividade do IPAD, em 2004. da “herança” das duas instituições que o precederam, pois tiveram que ser “absorvidos” pela nova instituição os processos que delas transitaram e que, em termos de volume financeiro, têm um peso significativo, a que acresceu a incorporação tardia no Orçamento do IPAD de 2004 dos saldos transitados daquelas instituições (apenas em Julho).

A experiência colhida em 2003 tinha, por outro lado, dado indicações da existência de alguns problemas, ao nível da estrutura organizacional e funcional, detectando-se, nomeadamente, indefinição e sobreposição de funções e desarticulação entre serviços. Tornava-se, assim, necessário proceder a alguns ajustes na estrutura existente, o que, embora levado à prática, no âmbito do novo quadro normativo da Reforma da Administração Pública, só veio a ser implementado no último trimestre de 2004, não tendo havido reflexos, nas actividades do ano, de eventuais benefícios daí resultantes. Este facto condicionou também uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e a sua mobilidade, não se fazendo transitar para serviços mais carenciados eventuais excedentes existentes noutros.

Ainda ao nível dos recursos humanos, refere-se que o Instituto continuou a ter um déficit de competências técnicas, em determinadas áreas do conhecimento, para o desenvolvimento de algumas das suas actividades, nomeadamente para fazer face às atribuições de principal agente de financiamento. Esta lacuna, embora minimizada com a concretização do plano de formação, continuou a ter efeitos em termos da eficácia e eficiência dos serviços.

As mudanças havidas ao nível da tutela e as orientações decorrentes, nomeadamente no que se refere à substituição do Conselho Directivo e de praticamente todas as chefias intermédias, levaram também ao inerente processo de ajuste a novas orientações e procedimentos.

O IPAD, procurou, no entanto, responder tão eficazmente, quanto possível, às exigências e tarefas que se lhe apresentaram, dando cumprimento aos compromissos assumidos, tanto no quadro bilateral como no multilateral, de acordo com as orientações definidas pela tutela e em conformidade com o quadro de referência internacional em relação à ajuda pública ao desenvolvimento.

Verificou-se que a actividade do IPAD se centrou prioritariamente nos países de língua oficial portuguesa, tendo canalizado para estes a maior percentagem dos seus recursos financeiros, cumprindo assim a orientação estratégica definida politicamente para a cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento, identificada no âmbito dos Programas do XV e XVI Governos, de reforçar as relações privilegiadas com o Espaço Lusófono promovendo o desenvolvimento económico, social e cultural dos países que o integram.

Verificou-se, de igual modo, que a actividade foi desenvolvida em consonância com os compromissos assumidos internacionalmente em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento, tendo sido eleita a luta contra a pobreza como preocupação central no âmbito dos programas de cooperação acordados com os países parceiros. Também no quadro multilateral, o IPAD contribuiu para o debate das diversas questões em

presença sobre o desenvolvimento, a nível da Agenda Internacional, nomeadamente Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Coordenação de Políticas e Harmonização dos Procedimentos e Alinhamento.

Aproveitando o estabelecimento de um novo ciclo de programação da cooperação bilateral, foram introduzidos novos princípios e orientações, quer na fase da concepção dos programas, quer no âmbito da condução e acompanhamento das actividades, procurando elevar os níveis de eficácia e eficiência da ajuda pública ao desenvolvimento portuguesa, sempre com o objectivo último de promover o desenvolvimento socio-económico dos países parceiros no quadro das opções por si definidas.

Com efeito, ao elaborar os PIC procurou-se canalizar os recursos financeiros para um reduzido número de sectores, tendo sido escolhidas as modalidades de intervenção e de apoio que melhores resultados e impacto possibilitem nas condições de desenvolvimento daqueles países. Estabeleceram-se, de igual modo, mecanismos de acompanhamento que procuram estreitar a articulação das estruturas coordenadoras de cooperação bilaterais, por forma a melhor se identificarem eventuais estrangulamentos e constrangimentos e, assim tomar medidas correctivas que permitam ultrapassá-los em tempo útil. Considera-se que deverão ser prosseguidas melhorias neste âmbito de modo que a ajuda seja canalizada cada vez mais para programas estruturantes e não para projectos e acções. Também o horizonte temporal da programação deverá privilegiar o médio prazo em detrimento do curto prazo, evitando-se a reabertura de negociações bilaterais ano a ano, fazendo passar estes encontros para um adequado e articulado acompanhamento das actividades.

No campo da programação e planeamento financeiro da cooperação portuguesa verificou-se uma melhoria significativa em termos de sistematização e identificação das fontes de financiamento e afectação de recursos a actividades de cooperação, pese o facto de algumas fragilidades terem sido denotadas a nível do **P5**, cuja correcção urge prosseguir em 2005, através de um papel mais central e activo do IPAD como entidade de gestão e coordenação.

No âmbito dos projectos, actividade de cariz marcadamente técnico, verificaram-se algumas dificuldades com reflexos na execução financeira do IPAD, prendendo-se alguns aos já acima referidos, de anualmente se abrirem os processos de negociação com os países parceiros, com entrada de novos pedidos, não havendo um período mínimo de estabilidade em termos de dossiers em análise. Por outro lado, nos projectos que são plurianuais as regras orçamentais obrigam à existência de Despachos Conjuntos dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, processo que se tem revelado pouco ágil, com reflexos negativos no início das intervenções a que dizem respeito. Pensa-se que, também neste aspecto, poderão ser feitas algumas melhorias ou inovações. No âmbito do acompanhamento, reconhece-se que deverão ser aprofundados alguns aspectos nomeadamente de articulação com as estruturas executoras e com as estruturas de cooperação nas representações diplomáticas portuguesas nos países parceiros, reforçando-se a componente de acompanhamento técnico.

No âmbito do relacionamento com a sociedade civil o ano foi marcado, como referido, por alguns sobressaltos, devido à nova modalidade adoptada pelo IPAD em relação aos desembolsos referentes ao cofinanciamento de projectos das ONGD. Dado que a situação se traduz num factor penalizante para um reforço da capacidade de intervenção destas organizações na área da cooperação, será de procurar aprofundar o diálogo com aquelas organizações por forma a encontrar uma plataforma de entendimento que, no quadro legal, seja consentânea com os interesses em presença, nomeadamente de assegurar a sua presença em projectos de grande dimensão de cariz comunitário, só possível recorrendo a financiamento do IPAD.

De salientar também algumas medidas iniciadas a nível interno no sentido de melhorar e uniformizar procedimentos e centralizar serviços (a aquisição de um novo andar no edifício sede e obras de reorientação de aproveitamento de espaço numa das garagens), procurando “ganhos de eficiência”. Tais medidas deverão prosseguir em 2005, definindo-se regras de actuação e de relacionamento de forma clara para todos os

serviços do IPAD, por forma a melhorar a capacidade de resposta às solicitações que se lhe colocam ,contribuindo para que o IPAD cumpra de forma cabal as funções que lhe estão cometidas

Em síntese, diremos que o ano de 2004 foi um ano de adaptação a todo um processo de reorientação do modelo de cooperação iniciado em 2003, sujeito a alguns aprofundamentos e melhoramentos em anos posteriores, parecendo importante para o cumprimento das funções que estão cometidas ao IPAD que em 2005 sejam tomadas medidas em alguns aspectos que se passam a identificar:

Gestão por objectivos com uma definição clara dos mesmos (global e parcelares) e estabelecimento de metas, estratégias e controlo de resultados ;

Afirmação do papel do IPAD de órgão central da política de cooperação, melhorando a articulação com as estruturas executoras, o que passará por uma dinamização do Secretariado Permanente da CIC;

Assunção do papel de gestor do orçamento da cooperação, por forma a que haja, por um lado, uma interligação entre o plano estratégico da cooperação portuguesa, os PIC e os planos de actividades dos demais organismos institucionais executores da cooperação e, por outro, uma mais clara identificação e contabilização das verbas por si afectas à cooperação;

Procurar estabilizar com os países parceiros uma alteração da periodicidade do planeamento das actividades de cooperação, fazendo-a coincidir com a programação trienal já em curso;

Procurar assegurar, em termos orçamentais, a plurianualidade dos Programas Indicativos de Cooperação;

Melhorar os níveis de execução financeira do IPAD, atentos os compromissos de atingir em 2006 os 0,33% do RNB em termos da APD, o que passará, entre outras medidas, por uma dinamização do processo de acompanhamento dos projectos, nomeadamente no terreno, devendo ser reforçadas as estruturas aí existentes;

Melhorar os aspectos que estejam ao alcance do IPAD no sentido de uma aceleração do processo de transição de saldos.

MIC/PFP